



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ACRE
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA/SFA-AC
DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO-DPDAG/SFA-AC
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Relatório de Gestão Individual
Exercício de 2013
SFA-AC.

Rio Branco-AC, fevereiro de 2013

Apresentação.

Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada SFA-Acre – UG 130088, exercício de 2013 apresentados aos Órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, Portaria 175/2013, DN TCU 127/2013 e da orientação do Órgão de Controle Interno constantes da Portaria 2546/2010.

A seguir, itens da Portaria TCU nº 150, de 3/7/2012, que atende o art. 4º, § 7º da DN TCU nº 127/2013, que foram suprimidos por não se aplicarem à realidade da Unidade ou que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

3.3. Remuneração para a Administradores.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 3, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.4 Transferências de Recursos

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.2. **Quantidade/resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.**

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências / convênios terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.3. **Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências terem como **Concedente**, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências, repasses dos convênios terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

4.7 Gestão de Precatórios.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa

TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 6, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 6, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da Unidade Jurisdicionada

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência devido o Contrato ser efetuado e monitorado pelo MAPA em Brasília.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 11, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

SUMÁRIO

	Apresentação	
1	Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	11
1.1.	Identificação da Unidade Jurisdiciona.	11
1.2.	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
1.3.	Organograma Funcional	12
1.4	Macroprocessos finalísticos	13
1.5	Macroprocessos de Apoio	15
1.5.1	Macroprocesso de Administração Interna	16
1.6	Principais parceiros externos	16
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013	16
2.1.	Planejamento da Unidade	16
2.2.	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	17
2.2.1	Programas Temáticos - Código 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	17
2.2.1.1	Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	18
a	Análise Situacional	20
2.2.1.2	Ação Código 4842 - Erradicação da Febre Aftosa	21
b.	Análise Situacional	22
c.	Análise situacional	23
2.2.1.3.	Ação- 2028 - Defesa Agropecuária	24
d.	Análise Situacional.	25
2.2.1.4	Ação- 2028 - Defesa Agropecuária	27
e.	Análise situacional	29
2.2.2.	Programa Temático - 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos, Bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	30
f.	Análise Situacional	31
2.2.1.5	Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais	32
2.2.1.6	Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	33
2.2.3	Programa Temático - 0357	34
g.	Análise situacional	35
2.2.1.7	Ação – 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola	37
2.2.1.8	Ação - 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	37
2.2.1.9	Ação - 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	38
h.	Análise Situacional	39
2.2.4.	Programa Temático 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	39
i.	Análise situacional	40
2.2.1.10	Ação - 2141 - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes	40
2.2.1.11	Ação 2179 - Fiscalização Sementes e Mudas	41
2.2.1.12	Ação – 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	42
2.2.1.13	Ação – 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas	42
j.	Análise Situacional	43
2.2.5	Programa Temático 2028 – Defesa Agropecuária	44
2.2.1.14	Ação - 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados	44
k.	Análise Situacional	45
2.2.6	Programa Temático - 1426 - Conservação, manejo e uso Sustentável da Agro	45

	biodiversidade	
2.2.1.15	Ação- 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	46
l.	Análise situacional	47
2.2.1.16	Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	50
m.	Análise situacional	51
2.2.1.17	Ação- 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – 2B47.	51
2.2.1.18	Ação- 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse	54
n.	Análise Situacional.	55
2.2.7	Programa 0750 - Apoio Administrativo	56
3.	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013	57
3.1.	Estrutura de Governança	57
3.2.	Avaliação do funcionamento dos Controles Internos	57
3.3.	Remuneração para Administradores	58
3.4.	Sistema de Correição da UJ.	58
3.5.	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	59
3.6.	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	59
4.	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	59
4.1.	Execução das despesas	59
4.1.1	Programação.	59
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa	59
4.1.3	Realização da Despesa	60
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	60
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	60
4.2.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	60
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – valores executados Diretamente pela UJ	60
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	61
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	61
4.2.	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	62
4.3.	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	62
4.4.	Transferências de Recursos	62
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	62
4.4.2	Quantidade/resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	62
4.4.3	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	62
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.	63
O	Análise situacional	63
4.5.	Suprimento de Fundos	63
4.5.1.	Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	63
4.5.2.	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B	63
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) por UG e por Portador	63
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	64
4.5.5	Análise Crítica	64

4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ	64
4.7	Gestão de Precatórios	64
5.	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	64
5.1.	Estrutura de pessoal da unidade	64
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ - Situação apurada em 31/12	64
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	65
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	65
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	65
5.1.2.2.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	65
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	66
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	67
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas-Situação apurada em 31 de dezembro de 2013	68
5.1.5	Cadastramento no Sisac	68
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC- Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	69
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	69
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.	69
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	69
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	69
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	69
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	70
5.2.	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	70
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	70
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	70
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	70
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	71
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	71
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	72
6.	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	72
6.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	72
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	74
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial da União	74
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	74
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	74
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	74
7.	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013	75
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da Unidade Jurisdicionada	75
8.	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	75
8.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	75
8.2.	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	76
9.	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	76
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	76

9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	77
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	77
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	77
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	80
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	80
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93	80
9.4.1	Demonstrativo do Cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93-DBR	80
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	81
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	81
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.	81
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	81
10.1	Relacionamento com a sociedade	82
11.	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	82
11.	Informações Contábeis	82
11.1.	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	82
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	82
11.2.1	Declaração Plena	82

1 Item 1 da Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013

1.1. -Identificação da Unidade Jurisdiciona.

1.1.1 Relatório de Gestão individual

Poder e Órgão de vinculação.	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação :	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC.
Denominação abreviada:	SFA-AC.
Código SIAFI:	130088
Código SIORG:	002798
Código LOA:	22101
Código CNAE:	8413-2/00
Situação:	Ativa
Natureza Jurídica:	Órgão público
Principal atividade:	Agricultura.
Telefones:	(68) 3212 – 1300 Fax: (68) 3212 – 1313 / 3212-1318 .
Endereço eletrônico:	E-MAIL: sfa-ac@agricultura.gov.br
Página na Internet:	www.agricultura.gov.br
Endereço postal:	Rodovia Ac 40, Nº 793–Cep 69901-180–Rio Branco-AC
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normativos de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada.	Decreto Imperial nº 1067 de 28/07/1860, Decreto nº 1142 de 02/11/1892, Decreto nº 19448 de 03/12/1930, Medida Provisória nº 150 de 15/03/1990, Lei nº 8.028 de 12/04/1990, Medida Provisória 2216-37 de 31/08/2001, Medida Provisória 103 de 01/01/2003, depois convertida na Lei 10.683 de 28.05. 2003.
Código da Gestão no SIAFI:	000001 Tesouro Nacional
CNPJ:	00.396.895/0014-40

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

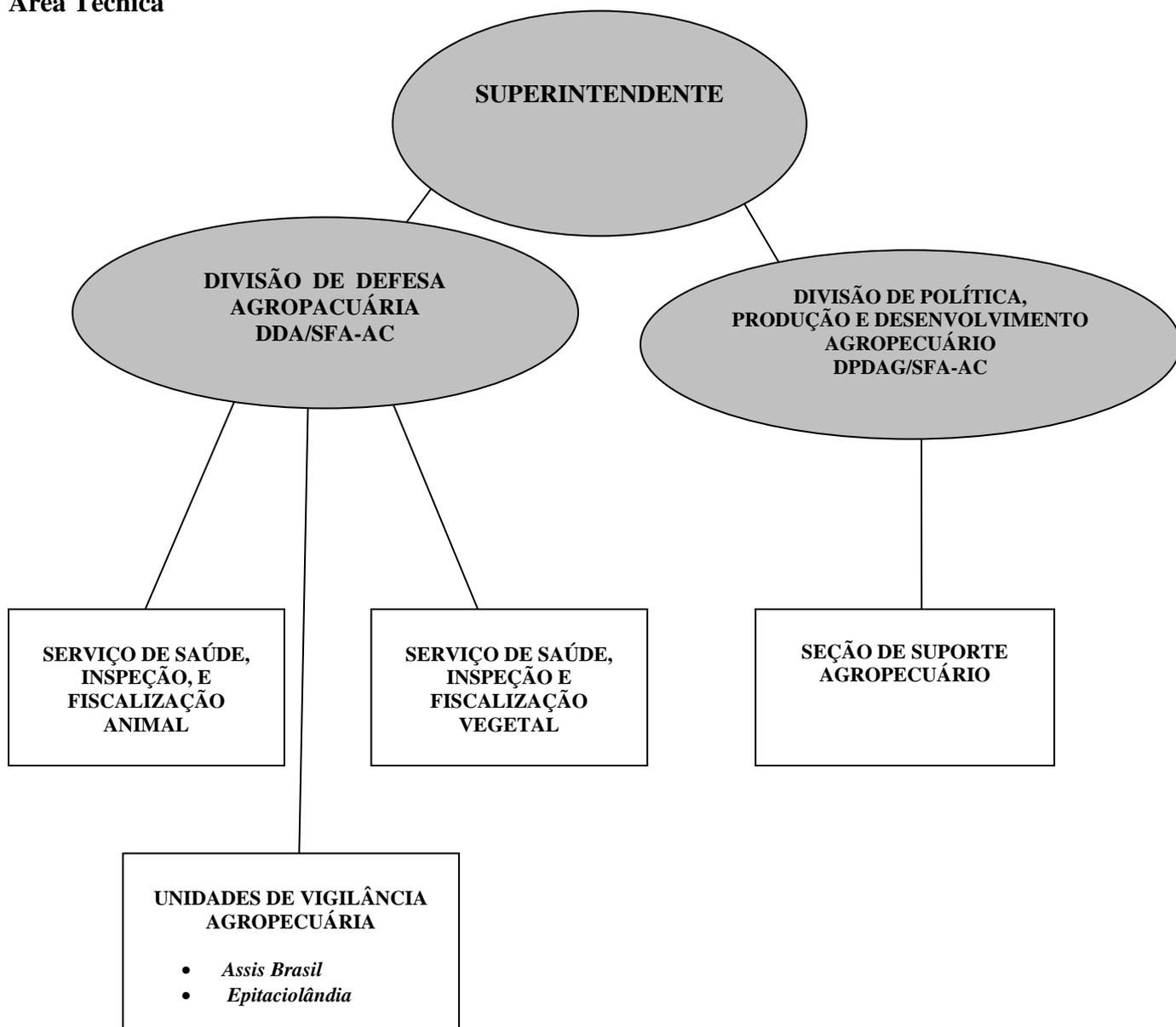
Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 Superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

Missão

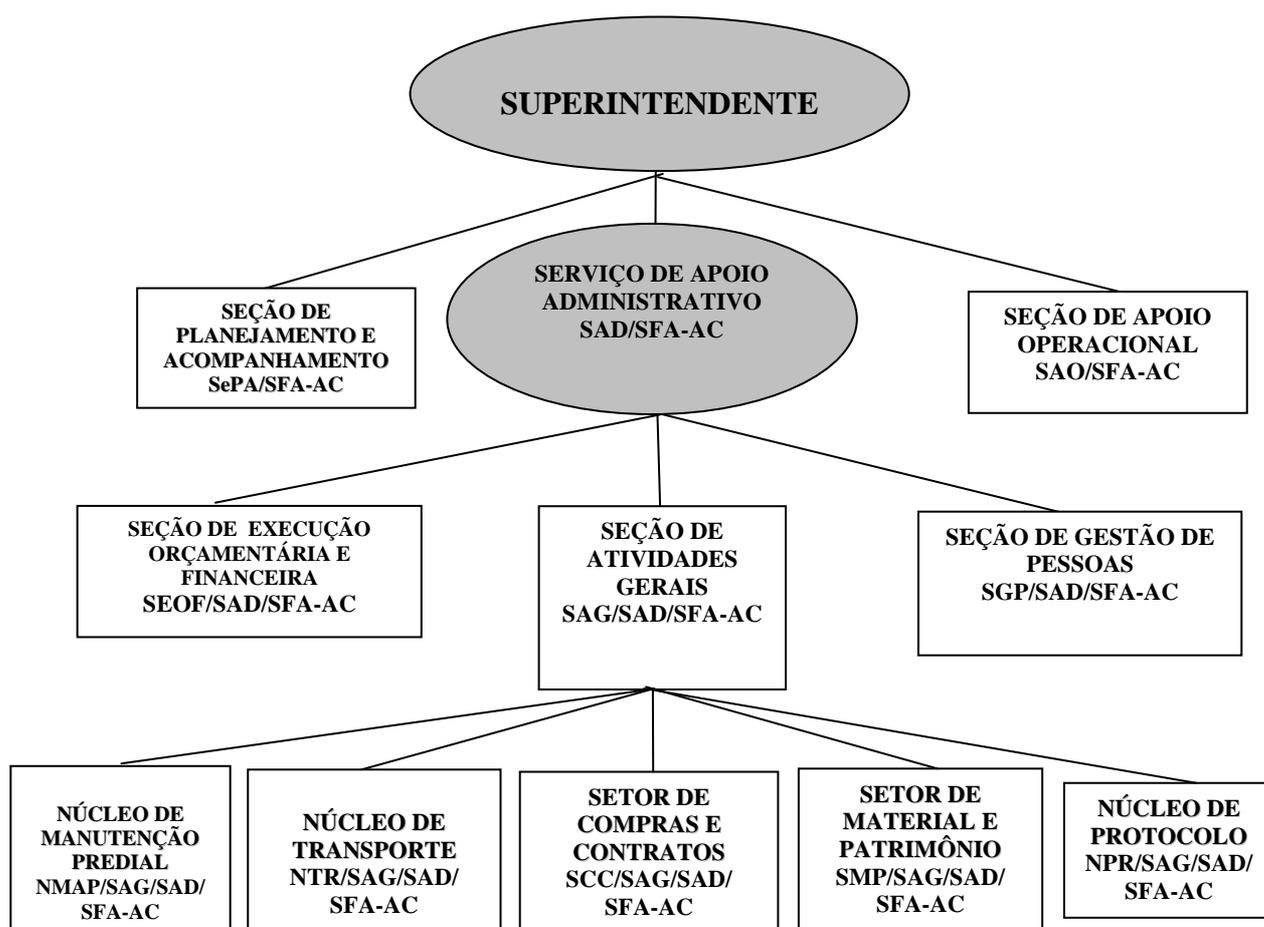
Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

1.3. Organograma Funcional.

Área Técnica



. Área de Apoio Administrativo.



1.4. Macroprocessos finalísticos.

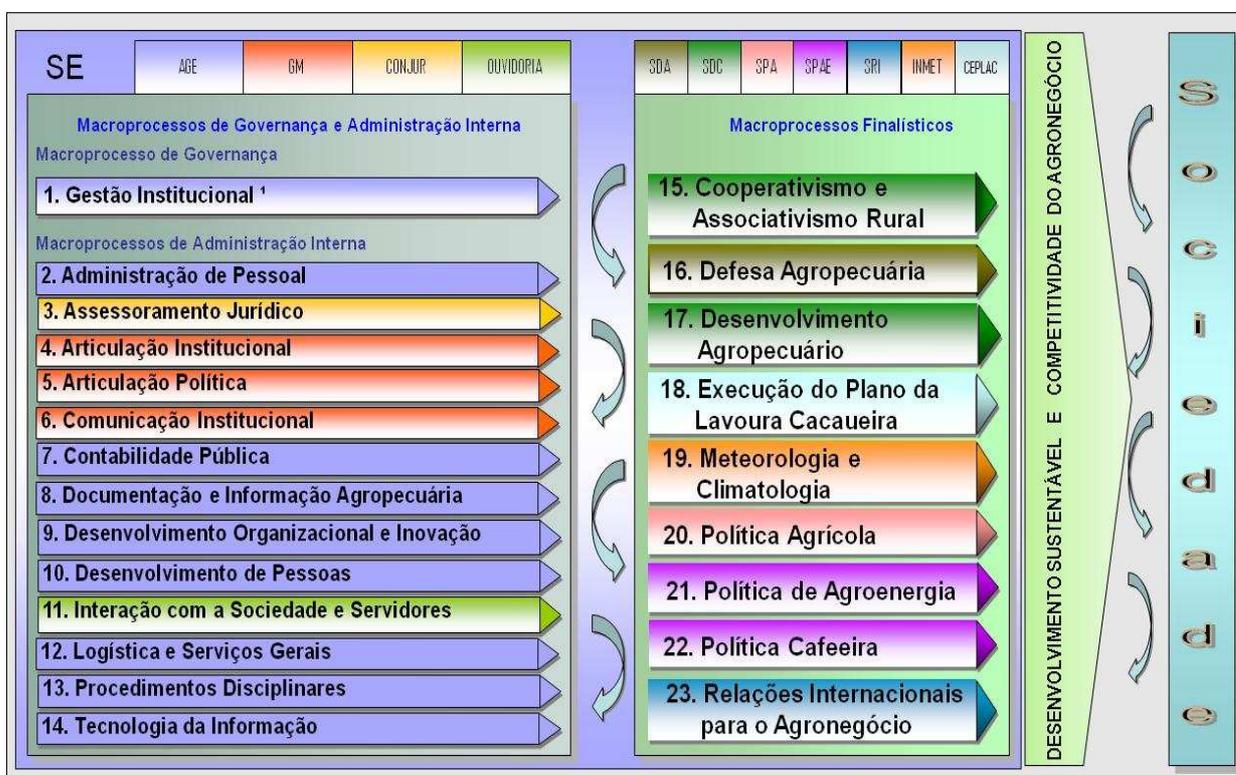
Secretarias.

Dentre as diversas Secretarias destaca-se a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, a esta cabe a execução das ações de Estado para prevenção, controle e erradicação de doenças animais e de pragas vegetais.

Órgãos responsáveis pelos Macroprocessos

Macroprocessos	Órgão Responsável
15. Cooperativismo e Associativismo Rural	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
16. Defesa Agropecuária	
17. Desenvolvimento Agropecuário	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
18. Execução do Plano da Lavoura Cacaueira	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
19. Meteorologia e Climatologia	Instituto de Meteorologia
20. Política Agrícola	Secretaria de Política Agrícola
21. Política de Agroenergia	Secretaria de Produção e Agroenergia
22. Política Cafeeira	Secretaria de Produção e Agroenergia
23. Relações Internacionais para o	Secretaria de Relações Internacionais do

Os Macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:	
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da República e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos Macroprocessos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metast e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos Macroprocessos.

Superintendências.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinados ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- Fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- Produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- Administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários, e aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado. Compete ainda às Superintendências Federais a execução de atividades específicas demandadas pela Secretaria Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A organização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre, foi alterada em 2010, pela Portaria Ministerial nº 428 de 09.06.2010, ficando assim estruturada:

Unidades de Execução Finalística nas Superintendências:

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-AC;
Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Vegetal- SIFISV/DDA/SFA;
Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização animal – SIFISA/DDA/SFA.
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA
Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG/DPDAG/SFA

Unidades Descentralizadas:

Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Epitaciolândia/VIGIAGRO-AC;
Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Assis Brasil/VIGIAGRO-AC.

1.5. Macroprocessos de Apoio.

Os Macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos Macroprocessos finalísticos. Assunto, inclusive, que inspirou a representa da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

Macroprocessos de Apoio Operacional nas Superintendências:

- Seção de Gestão de Pessoas
- Seção de Planejamento e Acompanhamento
- Seção de Apoio Operacional e comunicação social
- Serviço de Apoio Administrativo
- Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- Seção de Atividades Gerais
- Setor de Material e Patrimônio
- Setor de Compras e Contratos
- Núcleo de Manutenção Predial
- Núcleo de Protocolo
- Núcleo de Transporte

1.6. Principais parceiros externos

Dentre os parceiros externos do MAPA enumera-se o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre-IDAF, EMBRAPA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente no Acre -SEMA, CONAB-AC, UFAC, IFAC, SENAR-AC, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar-SEAPROF-AC, Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta-SAFRA-Ac, etc.

2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013

2.1 Planejamento da Unidade

Considera-se o PPA como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais / normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

A Gestão Estratégica é Planejada, gerenciada e monitorada pelo MAPA/BSB. Seu papel é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial do agronegócio, atendendo, paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira.

As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Acre, muitas vezes, passam despercebidas pela sociedade. Contudo, a falta dos recursos financeiros repassados ao Estado e Municípios e dos serviços prestados pelo MAPA causaria sérios impactos diretos e indiretos na vida da população, que somente seriam sentidos ao longo do tempo.

As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos. Com o repasse financeiro firmado nos convênios com o Estado do Acre e com a grande maioria dos municípios acreanos é possível garantir a qualidade dos rebanhos bovinos, bem como estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

A Secretaria Executiva do MAPA envia planilha para as UJ efetuarem o planejamento financeiro anual da Unidade por Natureza de Despesas para apreciação. Feito isto a UJ é informada sobre o valor que será descentralizado no exercício, após a Programação Orçamentária Anual da Unidade (POA) é efetuada diretamente no Sistema de Gestão Integrada/SGI e mensalmente no Sistema de Informações Orçamentárias e Financeira / SIOR e executado no SIAFI pela UJ através da Seção de Execução Orçamentária e Financeira. O orçamento descentralizado cobre os contratos efetuados pela UJ. Não houve no exercício orçamento para investimentos e ou reformas.

O módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014.

2.2.1. Programas Temáticos - Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente do Programa: Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo	Responsável na UJ: Márcia Martins Lopes
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores	

Execução Física das ações do Programa

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
20	604	Finalístico	8938	A	3	Unidade	2	2	2

Fonte: POA DIPOA 2013

Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0356 / Ação 8938

INPANIMAL 13				Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 83.160,00	R\$ 31.983,75	R\$ 31.983,75	R\$ 31.983,75	0	R\$ 31.983,75

Informações sobre os resultados alcançados - Programa 0356 / Ação 8938 – INPANIMAL 13						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário	01/01/2013 a 31/12/2013	2	2	2	2
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário no ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
100% dos estabelecimentos registrados sob o Serviço de Inspeção Federal no estado são inspecionados e possuem controle sanitário.						

2.2.1.1. Ação 8938

Tipo de Ação

Objetivo

Descrição

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação

Coordenador Ação Nacional – CAN

Coordenador Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ

Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ – CAE Executivo

Competências institucionais requeridas para a execução da ação.

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INPANIMAL 13

Ação Orçamentária

Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal

Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação

Coordenação Geral de Inspeção – CGI

Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal / DIPOA

Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA/DDA/SFA-AC

Walser Viana Barbosa Junior

Márcia Martins Lopes

Caroline Del Giudice de Andrada

Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998

Execução das Metas Físicas programadas na gestão.

Meta Física	Unidade de Medida	Programad Anual	Executado Anual	Produtividade % Anual
Supervisão em Matadouros de Bovinos	Superv.	4	4	100
Supervisão em Estab. relacionados	Superv.	3	0	0
Coleta de Amostra – Água	Amostra	24	27	112,5
Coleta de Amostra – Sebo Bov	Amostra	8	7	87,5
Coleta de Amostra – Carne Bov	Amostra	4	6	150
Coleta de Amostra – Farinha de carne e ossos	Amostra	4	3	75

Ações físicas não previstas e executadas.

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado Anual
Inspeção de Bovinos/bubalinos (macho/fêmea)	Cabeça	252.883
Comercialização de produtos de origem animal	Kg	85.255.206,1
Instalações de SIF	IF	0
Cancelamento de SIF	IF	0
Auto de infração	Auto	5
Auto de apreensão	Auto	1
Auto de interdição	Auto	2
Termo de advertência lavrado	Termo	0
Auto de multa lavrado	Auto	11
Multas aplicadas	R\$	84.501,93
Multas recolhidas	R\$	84.501,93
Multas encaminhadas à dívida ativa da união	Processo	20
Valor em Real na dívida ativa	R\$	278.480,85
Apreensão de produtos de origem animal	Kg/Unid	12.629,7 Kg
Condenação de produtos de origem animal	Kg/Unid	28.195,65Kg / 55.723 und
Capacitação realizada	Capacitação	11
Capacitação realizada (participantes)	Participante	236
Análise de rótulo	Rótulo	51
Análise de projeto	Projeto	3
Emissão de relatório/informação	Relatório	16
Vistoria de obra (execução de projeto)	Vistoria	9
Trâmite/distribuição de processo	Processo	33
Inspeção prévia de terreno	Inspeção	6
Ofício / Memo / Fax expedido	Doc Expedido	387

Categoria

Quantidade

a) – carne e derivados

Matadouro frigorífico/Matadouro /Bovino	03
Estabelecimentos relacionados	03
Total	06

a) Análise Situacional

O SIF 3297 (Matadouro Frigorífico de Bovinos) encontra-se com suas atividades paralisadas desde dezembro de 2012.

Conforme observado na tabela acima, o estado do Acre possui 3 matadouros frigoríficos de bovinos registrados no MAPA, sendo que 1 deles encontra-se com suas atividades paralisadas desde o final de 2012. Nos matadouros em funcionamento há inspeção permanente.

Em relação às supervisões programadas no Plano Operativo Anual, foram realizadas duas supervisões, sendo uma em cada SIF (2951 / 4086).

Também conforme programado, foram realizadas colheitas de amostras para análise fiscal (água, sebo, carne bovina e farinha de carne e ossos), bem como colheitas de amostras de tronco encefálico com vistas ao programa de Vigilância para Encefalopatia Espongiforme Bovina.

Ao longo do ano foram emitidos cinco autos de infração, por diversas infringências às normas estabelecidas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Todas as multas geradas durante o ano de 2013 foram quitadas pelas respectivas empresas autuadas.

Execução financeira por Natureza de Despesas.

Execução Financeira/ INPANIMAL3				
Natureza da Despesa	Programado no SIOR	Descentralizado	Executado	Índice de aplicação (%)
339014	2.553,00	2.553,00	1.983,30	77,7
339030	500	500	500,00	100
339033	847,00	847,00	142,26	16,8
339039	6.540,00	6.540,00	6.537,00	99,9
449052	11.500,00	11.500,00	22.821,19	198,4

Avaliação descritiva dos resultados.

Mesmo diante do quadro reduzido de servidores atuantes no PI, consideramos que as metas programadas para o ano de 2013, de modo geral, foram realizadas satisfatoriamente. Como já mencionado anteriormente, o estado tem em atividade dois matadouros frigoríficos de bovinos, sendo que nestes há 1 FFA lotado em cada estabelecimento. Até o primeiro semestre de 2013 a sede não contava com nenhum FFA executando especificamente as atividades da área de inspeção, dificultando a execução das ações propostas. Ainda nos matadouros, contamos com 6 servidores do MAPA atuando como Agentes de Atividades Agropecuárias, denominados de Agentes de Inspeção; 3 médicos veterinários e 6 Agentes de Inspeção oriundos do acordo de cooperação técnica (servidores conveniados) e 40 auxiliares de inspeção do Art. 102 do RIISPOA (Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952), que atuam sob a responsabilidade do SIF, mas são contratados sob regime CLT de trabalho pelas empresas.

Durante o ano de 2013 surgiram demandas relacionadas a registro de estabelecimentos na área de leite, suínos e pescado, sendo que estes ainda encontram-se em trâmite.

Medidas a implementar para tratar as causas do insucesso:

Adequação do quadro técnico atuante no PI, bem como capacitação nas diversas áreas da inspeção.

Responsáveis pela implementação das medidas.

SIFISA/DDA/SFA-AC, DIPOA.

Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão .

Indicador de produtividade – Eficiência (inspeção de estabelecimento registrado)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos inspecionados}}{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos registrados}} = 100\%$

$\frac{02}{02} = 100\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Márcia Martins Lopes

Comparativo do Número de animais abatidos em matadouros sob Inspeção Federal no estado do Acre.

Metas Físicas	Unid. de Medida	2011	2012	2013
Bovinos (macho/fêmea)	Cabeça	289.590	248.460	252.883

Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação INPANIMAL 13

Natureza da Despesa	Descentralizado			Executado		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
339014	10.401,31	18.976,73	2.553,00	9.788,09	14.768,76	1.983,30
339030	120,00	1.000,00	500	120,00	1.000,00	500,00
339033	12.213,10	27.079,38	847,00	9.404,02	21.389,43	142,26
339036	2.820,50	7.667,50	-	2.920,50	6.065,80	-
339039	600,00	5.080,00	6.540,00	0,00	4.997,62	6.537,00
449052	-	1.073,08	11.500,00	-	1.073,08	22.821,19

2.2.1.2 - Ação Código 4842**Erradicação da Febre Aftosa****Tipo de Ação****Ação Orçamentária****Finalidade**

Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa, objetivando o acesso do produto nacional aos mercados.

Descrição

Realização de reuniões com o órgão executor para estabelecimento das prioridades e estratégias zoonosológicas; contribuir na elaboração de normas

sanitárias; educação sanitária ;cadastramento; das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.

Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/SDA.

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação

Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC.

Coordenador de Ação Nacional –CAN

Plínio Leite Lopes

Coordenador de Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ

Márcia Martins Lopes

Responsável Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ

Rejane Maria Lemos Santos

Competências institucionais requeridas para a execução da ação

Lei nº 9.712 de 1998.

b. Análise situacional

A cobertura vacinal no ano de 2013 foi considerada muito boa, com um acréscimo de 2012 para 2013, de 0,39%; O índice mínimo aceitável de vacinação que é determinado pelo DSA é 85%. O Estado do Acre vem conseguindo ultrapassar este índice no geral a mais de doze ciclos. Porém, nesta última Campanha a de 30ª Etapa, apenas 01 (um) município não ultrapassou os 85% - o de Jordão, que atingiu cerca 80,47%, o rebanho deste município corresponde a 0,18% do total, o que justifica a pouca interferência no índice final do Estado.No ano de 2014 foi revisado o Plano de Ação de Febre Aftosa, em todos os municípios do Estado do Acre, visando o pronto atendimento de suspeitas e o rápido estabelecimento das medidas iniciais de controle e erradicação de um possível foco de febre Aftosa nas Unidades do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF-AC; essas informações auxiliaram também na identificação de locais que foram indicados para a realização da Reunião Trinacional entre os países da Bolívia, Peru e Brasil, realizada na cidade de Brasília/AC, no dia 24 de Outubro de 2013, onde decisões importantes foram tomadas, principalmente sobre a frequência de reuniões entre os escritórios locais, que passarão ocorrer a cada dois meses, foi reafirmada a frequência semestral das reuniões regionais e acertado que a próxima reunião será no mês de Março de 2014 e a reunião nacional para a segunda quinzena de agosto de 2014 ambas em Porto Maldonado/Peru; Outro assunto importante foi sobre o intercâmbio da cadastro de propriedades na faixa de 15 (quinze) quilômetros da fronteira, onde os representantes dos países ficaram de definir padrões com as informações mínimas, para que possam disponibilizar às unidades regionais para intercâmbio na próxima reunião regional; Ainda em 2013 foi realizado um simulado em emergência sanitária no Beni/Bolívia nos dias 24 a 28 de novembro de 2013;no Brasil foi realizado o III Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal - ENDESA que aconteceu na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Índice de supervisão Semestral/ SIFISA	01/ 01/ 2013 a 31/12/2013	100%	100%	100%	50%

Fórmula de Cálculo do Índice

$$\text{Número de supervisões: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de supervisões programadas}} \times 100 = \frac{23}{46} \times 100 = 50\%$$

Foram 23 (vinte e três) supervisões em UVLs, EACs e Postos Fixos.

Análise do Resultado Alcançado.

O índice atingido foi aceitável. Apesar de termos programados duas supervisões a serem executadas pelo SIFISA.

Fonte: SIFISA-SFA-AC.

Metas físicas programadas.

Ação 4842	Unid.	progr	executa	%
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC, unidades central e Postos Fixos do IDAF.	Nº	46	46	100
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km2	152581	152581	100
Envio de relatórios COSALFA	Nº	2	2	100

Execução Financeira por Natureza de Despesas.

Natureza da Despesa	Descentralizado	Executado	Índice de aplicação (%)
339014	6.473,50	6.465,50	99,87
339030	1.080,00	1.080,00	100
339033	6.010,00	5.976,80	99,44
339039	44.230,00	44.230,00	100

c. Análise situacional.

No ano de 2013, a manutenção do status livre de Febre Aftosa com vacinação no Estado do Acre foi mantida, independente de repasse financeiro por parte do MAPA; foi realizada apenas 01(uma) investigação e/ou suspeita de Enfermidade Vesicular, que foi descartada e determinada como “Denúncia Falsa”; As dificuldades encontrada pelo Serviço de Defesa Sanitária Animal do Estado do Acre foram muito grandes, no entanto foi realizada força tarefa para a realização do Projeto de Fortalecimento das Atividades Emergenciais no valor de R\$ 79.102,00 (setenta e nove mil e cento e dois reais) executados durante a 29ª Campanha de Vacinação de Febre Aftosa (Maio de 2013) nos 05 (cinco) municípios em que, no ano de 2012 apresentaram índices inferiores a 80%, que foram: municípios de Marechal Thaumaturgo, Porto Valter, Jordão, Santa Rosa e Feijó; os resultados foram excelentes, tanto é que na 30ª Campanha de Vacinação Novembro de 2013 apenas o município de Jordão obteve um índice baixo, ou seja de 80,47%.

Medidas a implementar para tratar as inconformidades.

Mesmo com a ausência de Convênio, houve um sucesso na realização da ação.

Ocorreram algumas não conformidades, que não chegaram a comprometer o nível de Status Sanitário do Estado. No entanto, é necessário que o Estado faça mais investimentos para melhorar a estrutura da Defesa Sanitária Animal, treinando os técnicos das UVLs (Méd. Veterinários e Téc. agropecuário) principalmente em Emergências Sanitária e Fiscalização em barreiras e melhorar o fluxo de informações sobre as notificações de agravos relacionados à febre aftosa em todo estado com ênfase nas áreas de fronteira Nacional e Internacional.

Responsável pela implementação da medidas na UJ.

SIFISA/ DDA/SFA-AC.

Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

Índice de cobertura vacinal: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{2.645.3694}{2.693.048} \times 100 = 98,23\%$

Índice de supervisão

Semestral SIFISA: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de visitas programadas}} \times 100 = \frac{23}{46} \times 100 = 50\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Rejane Maria Lemos Santos

Comparativo da execução físicas do PI FEBREAFITOS

Metas Físicas	Unidade de Medida	2011	2012	2013
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km ²	152.581	152.581	152.581
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC e Postos Fixos e unidade central do IDAF	unid	77	22	23

Comparativo Execuções Financeiras por Natureza de despesas.

Natureza da Despesa	Descentralizado			Executado		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
339014	16.775,43	6.138,75	6.473,50	7.954,40	5.411,37	6.465,50
339030	2.820,00	300,00	1.080,00	2.820,00	300,00	1.080,00
339033	9.700,00	0	6.010,00	9.700,00	0	5.976,80
339036	2.743,50	0		2.272,70	0	0
339039	1.500,00	2.000,00	44.230,00	1.000,00	2.000,00	44.230,00
443042	727.202,00	0	0	727.202,00	0	0

2.2.1.3. Ação 8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do país, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação Zoossanitário; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 24.548, de 03 de setembro de 1934 e Portaria 45, de 22 de março de 2007. SFA-AC/MAPA e IDAF-AC

d. Análise Situacional.

O Plano Interno PCEANIMAL engloba diversos programas da área de Defesa Sanitária Animal, tais como: Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCBT), Programa Nacional de Controle da Raiva de Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNCRH/EEB), Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS), Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), Programa Nacional de Sanidade dos Eqüinos (PNSE), Programa Nacional de Sanidade Ovinos, Caprinos e Abelhas (PNSCO).

As ações são de promoção de saúde pública e manutenção da qualidade sanitária dos rebanhos, o que permite garantir a qualidade de seus produtos tanto para o comércio internacional quanto para o consumo interno.

As atividades de execução dos programas sanitários estão, em sua maioria, delegadas ao órgão de defesa sanitária estadual e contam também com a participação de médicos veterinários da iniciativa privada.

Cabe ao SIFISA/DDA/SFA-AC a normatização e o acompanhamento das ações executadas para verificar a conformidade das mesmas com o que é proposto pelos programas vigentes: supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais desenvolvidas pelo órgão executor (IDAF/AC) na Unidade Central, Unidades Veterinárias Locais, Escritórios de Atendimento à Comunidade e propriedades rurais; analisar, emitir pareceres e concluir os processos da área; atender às convocações do DSA/SDA/MAPA; realizar reuniões técnicas com médicos veterinários atuantes no Sistema; verificar semanalmente a atualização dos informes semanais no SIVCONT; analisar e enviar informes epidemiológicos mensais; supervisionar a realização de estudos soro epidemiológicos; analisar, emitir pareceres e concluir processos de habilitação de médicos veterinários para atuar no PNCEBT; supervisionar o controle e a distribuição de insumos para

diagnóstico da brucelose e tuberculose; fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB; análise, consolidação e envio de relatório epidemiológico das ações de vigilância da Peste Suína Clássica na zona livre.

O convênio plurianual firmado com o IDAF/AC não apresentou execução do Plano de Trabalho previsto para o ano de 2013, pois não houve descentralização de recursos por parte do concedente.

RESULTADO DAS METAS FISICAS EXECUTADAS.

Meta Física	Unidade de Medida	Programado	Executado	%
		Anual	Anual	Anual
Supervisão de ULDAG / EAC / Posto fixo	Supervisão	46	23	50
Fiscalização de propriedade (Raiva / AIE / Brucelose / Tuberculose)	Fiscal.	20	8	40
Fiscalização de estabelecimento cadastrado (Aves)	Fiscal.	30	0	0
Análise e envio de informes epidemiológicos	Informe	96	88	91,7
Preenchimento do SIPLAN	Preenchim	12	0	0
Acompanhamento de SIVCONT	Acomp.	48	44	91,7

Ações não programadas e executadas

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado Anual
A – Execução Direta		
Envio de amostras	Amostra	1308
Autuação de processos	Processo	91
Trâmite/ distribuição de processos	Processo	57
Emissão de parecer técnico	Parecer	94
Elaboração de programação orçamentária	Programação	16
Atendimento a produtor rural	Atendimento	5
Emissão de Certificado Sanitário Internacional	Certificado	1
Elaboração de relatórios (outros)	Relatório	12
Memo/Ofício/Fax expedido	Doc Expedido	260
B – EXECUÇÃO INDIRETA		
Emissão de GTA	GTA	61.781
Emissão de CIS E	CIS E	206
Animais transitados	Animal	2.300.126
Produtos transitados (CIS E)	Kg/ Peças	669.768 Kg / 66.185 peças

Fonte: Relatório de Atividades (2013) SIFISA/DDA/SFA-AC

Análise do Resultado Alcançado

Algumas ações programadas no Plano Operativo de 2103 não atingiram índice satisfatório de execução. Durante o ano houve uma reformulação no quadro de servidores atuantes no PI, ocasionando uma fase de adaptação dos mesmos e reformulação das metas propostas nos Programas.

Também devemos considerar que parte das ações previstas depende da ação executada pelo órgão estadual de defesa sanitária (IDAF/AC), atrelando nossas atividades diretamente à execução da ação delegado para o órgão

Demonstrativo da execução Financeira por Natureza de Despesas..

Natureza da Despesa	Descentralizado	Executado	Índice de aplicação (%)
339014	3.113,60	3.178,62	102,1
339030	800,00	800,00	100
339033	8.565,60	7.675,51	89,6
339037	21.641,44	23.469,52	108,5
339039	5.542,00	5.542,00	100

Comparativo da execução financeira - PCEANIMAL

Natureza da Despesa período	Descentralizado			Executado		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
339014	7.939,60	16.993,30	3.113,60	6.300,50	14.316,90	3.178,62
339030	2.999,13	2.500,07	800,00	2.999,13	2.500,07	800,00
339033	23.219,20	35.700,00	8.565,60	23.219,20	35.700,00	7.675,51
339036	7.621,10	21.726,20	-	7.621,10	8.630,00	-
339037	-	19.275,81	21.641,44	-	19.244,84	23.469,52
339039	9.100,00	13.680,09	5.542,00	9.100,00	13.680,09	5.542,00
339092	-	240,92	-	-	240,92	-
333041	-	-	-	286.914,93	-	-
443042	20.600,00	-	-	-	-	-

Descrição das medidas a implementar para tratar as causas do insucesso:

Adequação do quadro técnico atuante no PI; avanço nas ações executadas no órgão estadual de defesa sanitária (IDAF/AC).

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas- DSA/SDA, SIFISA/DDA/SFA-AC

Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão.

Indicador de produtividade – Eficiência (supervisão realizada no órgão executor)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{nº de supervisões realizadas}}{\text{nº de supervisões programadas}} = \frac{23}{46} = 50\%$

nº de supervisões programadas 46

Responsável pelo cálculo/medição: Márcia Martins Lopes.

2.2.1.4. Ação- 2028	Defesa Agropecuária - VIGIAGRO13
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover a vigilância agropecuária internacional, impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.
	O Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Descrição	se propõe a: Programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais; Instruir processos administrativos; Manter dados do Sistema de Informação de Vigilância Agropecuária; Orientar e realizar auditorias nas unidades subordinadas tecnicamente; Articular com as autoridades aduaneiras, policiais e outros relacionados ao comércio internacional, para harmonizar as ações de vigilância; Expedir certificado sanitário de acordo com o trânsito internacional de animais, vegetais ou partes de produtos e derivados de origem animal e vegetal; Coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal com fins de análise laboratorial, objetivando o desembaraço aduaneiro; Análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, em apoio as UVAGRO's ;Quarentena e Fiscalização de produtos e insumos agropecuários e dar destinação aos mesmos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Defesa Agropecuária – DDA.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Marcos de Barros Valadão.
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Rejane Maria Lemos Santos.
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ – CAE Executivo	Alexandre Maximiano.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto nº 24.548/1934; Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 76.986, de 06 de Janeiro de 1976; Decreto Nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002; Decreto nº 4.954, de 14/01/2004; Decreto nº 6.268, de 22/11/2007; Decreto-Lei nº 1.899, de 21/11/1981; Instrução Normativa SARC nº 08, de 2/07/2003; Instrução Normativa SARC nº 14, de 16/10/2003; Instrução Normativa SARC nº 03, de 02 de agosto de 2004; Instrução Normativa SDA nº 01, de 15/12/1998; Instrução Normativa nº 23, de 02/08/2004; Instrução Normativa SDA nº 27, de 05/06/2006; Instrução Normativa MAPA nº 05, de 23/02/2007; Instrução Normativa SDA nº 14, de 06/05/2008; Instrução Normativa MAPA nº 40, de 30/06/2008; Instrução Normativa MAPA nº 54, de 18 /11/2009, e seus anexos; Instrução Normativa MAPA nº 55, de 18/11/2009, e seus anexos; Lei nº 7.678, de 08/11/1988, alterada pela Lei nº 10.970, de 2004 e regulamentada pelo Decreto nº 99.066, de 08/03/1990, alterado pelo Decreto nº 113/91, pelo Decreto nº 6.295, de 11/12/2007 e pelo Decreto nº 6.344, de 04/01/2008 Lei nº 8.918, de 14/07/1994,; Decreto nº 5.153, de 23/07/2004; Lei nº 9.972, de 25/05/2000; Norma Internacional de Medida Fitossanitária Nº

	15, da FAO; Norma Interna Vigiagro/SDA Nº 01, de 16/10/2009; Instrução Normativa Conjunta (SDA/ANVISA/IBAMA) nº 1, de 14/02/2003; Instrução Normativa nº 12, de 07/03/2003; Instrução Normativa nº 4, de 06/01/2004; Instrução Normativa nº 34, de 06/11/2009; Portaria Interministerial nº 531, de 13/12/1994; Nota Técnica Conjunta ANVISA/MAPA, de 31/03/2011; Instrução Normativa nº 29, de 25/07/2013; Instrução Normativa nº. 02, de 06/02/2014.
--	--

Resultado da Execução financeira por Natureza de Despesa.

Execução Financeira/ VIGIAGRO 13

Natureza da Despesa	Programado n SIOR	Descentralizado	Executado	Índice de aplicação (%)
339014	50.927,54	34.300,00	46.294,98	134,97
339030	3.532,51	3.532,51	3.532,51	100
339033	13.600,00	13,600,00	13.594,20	99,95
339037	22.593,11	22.593,11	22.593,11	100
339039	20.552,73	20.552,73	20.552,73	100

e. Análise situacional.

Considerando os objetivos propostos do Programa de Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, que impedem a introdução e disseminação de praga e doenças na agropecuária, os serviços têm garantido a entrada de produtos em conformidade com a legislação brasileira, mantendo a competitividade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

A Falta de Fiscal Federal Agropecuário – Engº Agrônomo, nas UVAGRO's de Assis Brasil e Epitaciolândia tem onerado o Serviço, bem como, apresenta uma série de contratemplos, haja vista, que o FFA tem que se deslocar todas as 2^{as} feiras e retornando à Sede da SFA-AC às sextas feiras.

Descrição das medidas a implementar para tratar as causas do insucesso:

Com a abertura de concurso para Fiscais Federais Agropecuários para preenchimento de uma vaga na Uvagro de Epitaciolândia, espera-se uma melhora nos serviços prestados aos usuários

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA;

- Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO/DAS/MAPA;

- Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-AC

Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão da Ação VIGIAGRO13

Indicador de produtividade – Eficiência (Partida Fiscalizada/Inspeccionada)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de partidas Fiscalizadas/Inspeccionadas 2013}}{\text{n}^\circ \text{ de partidas Fiscalizadas/Inspeccionadas 2014}} \times 100 = 100\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Rejane Maria Lemos Santos

Comparativo de Partidas Fiscalizadas/Inspeccionadas nas Unidades de Vigilância de Assis Brasil e Eptaciolândia.

Partidas fiscalizadas/inspeccionadas		2012				2013			
UJ	UNIDADE TIPO	MV	EA	A	V	MV	EA	A	V
ACRE	UVGFABR FRONTEIRA	00	00	03	123	00	00	01	233
ACRE	UVGFAPT FRONTEIRA	01	00	65	408	00	00	64	506
Total		01	00	68	531	00	00	65	739

2.2.2. Programa Temático - 0356	Segurança e Qualidade de Alimentos, Bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	Francisco Jardim
Responsável pelo Programa na UJ	Manoel das Dores Mendes
Público alvo	Produtores, industriais, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Informações orçamentárias e financeiras das Ações:

- PADCLASSIF II

- IPVEGETAL

Em R\$ 1,00

Dotação		Despesa empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I - 7.306,18	7.306,18	7.306,18	7.306,18	00	7.306,18
II - 1.706,90	1.706,90	1.706,90	1.706,90	00	1.706,90

Fonte: SEOF/SFA-AC.

Informações sobre os resultados alcançados						
I – PADCLASSIF						
II – IPVEGETAL						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Fiscalização realizada	2013	30	20	100 %	66,7
I – 2	Amostras em conformidade dos produtos vegetais importados	2013	12	12	100 %	100
I – 3	Coleta de amostras de castanha-do-brasil para o PNCRC	2013	10	08	100 %	94,12
I – 4	Análise de micotoxina em conformidade	2013	08	07	100 %	80,0
II – 1	Estabelecimento inspecionado	2013	24	01	100%	4,2

Fórmula de Cálculo do Índice:

PARA O PI PADCLASSIF

(I – 1) FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Número de fiscalização realizada (NFR) = 20 fiscalizações

Número de fiscalização programada (NFP) = 30 fiscalizações

Fórmula de cálculo = (NFR) / (NFP) * 100 → 20 / 30 * 100 = **66,7 %**

(I – 2) AMOSTRAS EM CONFORMIDADE DOS PRODUTOS VEGETAIS IMPORTADOS

Número de amostras totais (NAT) = 12 amostras

Número de amostras em conformidade (NAC) = 12 amostras

Fórmula de cálculo = (NAC) / (NAT) * 100 → 12 / 12 * 100 = **100 %**

(I – 3) COLETA DE AMOSTRAS DE CASTANHA-DO-BRASIL PARA O PNCRC

Número de amostras totais (NAT) = 10 amostras

Número de amostras em conformidade (NAC) = 08 amostras

Fórmula de cálculo = (NAC) / (NAT) * 100 → 08 / 10 * 100 = **80 %**

(I – 4) ANÁLISE DE MICOTOXINA

Quantidade de produto fiscalizado (QPF) = 08 amostras

Quantidade de produto em conformidade (QPC) = 07 amostras

Fórmula de cálculo = (QPC) / (QPF) * 100 → 7 / 8 * 100 = **87,5%**

PARA O PI IPVEGETAL

(II – 1) ESTABELECIMENTO INSPECIONADO

Número de fiscalizações executadas (NFE) = 01

Número de Fiscalizações programadas (NFP) = 24

Fórmula de cálculo : (NFE) / (NFP) * 100 → 1 / 24 * 100 = **4,2 %**

f. Análise Situacional

Em 2013, as dificuldades existentes na execução das atividades pertinentes aos PIs PADCLASSIF e IPVEGETAL, não mudaram. Continuamos com número reduzido de fiscais e de técnicos de apoio à fiscalização, de treinamentos e participação em forças-tarefas. Outros fatos de grande importância, senão os mais importante, que inviabilizaram as atividades foram os cortes orçamentários realizados

pelo governo e a falta de qualificação, fato este que impossibilita os técnicos locais a realizar as atividades de classificação fiscal dos produtos vegetais fiscalizados.

As atividades de fiscalização aduaneira na área vegetal da Unidade de Vigilância Agropecuária de Eptaciolândia / Assis Brasil (UVAGRO), continuam sendo realizadas em caráter emergencial pelos FFAs engenheiros agrônomos da sede da SFA-AC. Isso fez com que todos os engenheiros agrônomos lotados na sede (Rio Branco), se deslocassem até o município de Eptaciolândia / Assis Brasil, numa escala de prestação de serviços naquela unidade a cada 45 dias, aproximadamente. Cada fiscal fica de plantão na Unidade por uma semana.

Cada PI da área vegetal do SIFISV/SFA-AC é de responsabilidade de um fiscal federal agropecuário, tanto para gerenciamento dos recursos quanto da execução de suas atividades.

PADCLASSIF: Em 2013, as atividades realizadas neste PI basearam-se na coleta e classificação de produtos vegetais para importação (cebola do Peru), coleta de castanha-do-brasil para o PNCRC. Foram capacitados 02 (dois) FFAs e um técnico na área de classificação. Porém, o curso foi feito para aumentar o efetivo de técnicos aptos a fazerem cursos de classificação de outros produtos vegetais, como arroz, feijão, farinha de mandioca, castanha-do-brasil, cebola, alho e outras hortaliças. Apesar da SFA-AC possuir um laboratório de classificação, não temos técnicos aptos a classificar os produtos acima descritos, necessitando para isso, cursos específicos para tais produtos. Houve a programação para os cursos de classificação, porém, com o corte no orçamento, os cursos foram cancelados. Aguardamos para 2014 os referidos cursos para que possamos funcionar o laboratório de classificação. Além disso, os equipamentos existentes, necessitarão de aferição do INMETRO. Outra dificuldade que ainda persiste no posto de classificação é a falta de acesso à internet / intranet.

Apesar disso, foram efetuadas todas as classificações solicitadas no processo de importação de produtos oriundos do Peru e todas as análises de micotoxinas da castanha-do-brasil no Programa do PNCRC foram efetuadas no LANAGRO/PA.

IPVEGETAL: Há mais de 3 anos há uma dificuldade na execução das atividades pertinentes aos PI IPVEGETAL, que é o número reduzido de fiscais na SFA-AC, situação agravada com a aposentadoria compulsória de uma colega e remoções que ocorreram nesse interregno. Em decorrência disso, praticamente é impossível fazer fiscalizações, haja visto que a Coordenação Geral de Vinho e Bebidas (CGVB) determina que essa ação deve ser realizada por dois FFA's. Soma-se a essa situação, que os Fiscais realizam trabalhos de outros PI's, sem contar o número incipiente de técnicos de apoio à fiscalização, que atende a área vegetal e animal. Ainda, devido aos cortes orçamentários, a fiscalização ficou restrita à cidade de Rio Branco. Vale ressaltar que em 2013, não houve eventos de qualificação e treinamentos, bem como treinamentos em serviço, com a participação em forças-tarefas.

Outra dificuldade enfrentada é que na Unidade de Vigilância Agropecuária de Eptaciolândia (UVAGRO), não há fiscal para a área vegetal. Isso fez com que todos os Fiscais Federais Agropecuários (Engenheiros Agrônomos) lotados na sede (Rio Branco), se deslocassem até o município de Eptaciolândia numa escala de prestação de serviços naquela unidade a cada 30 dias, aproximadamente. Cada fiscal fica na Unidade por cinco dias.

2.2.1.5 – Ação 4746	Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Objetivo	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem

Descrição	vegetal; classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81742 – Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA/AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Fábio Florêncio Fernandes
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Hiroimi Suzana Y. S. Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 6.268, de 22/11/2007 que regulamenta a Lei no 9.972, de 25/05/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

I – PADCLASSIF

II – IPVEGETAL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2014
I – 20	603	0356	4746	A	3	Fiscalização realizada	30	20	30
II – 20	603	0356	8939	A	3	Fiscalização realizada	24	01	24

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

2.2.1.6- Ação 8939	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 2
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, Monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas, celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81741 - Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Helder Moreira Borges
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Marcelo Yuji Inoue
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 6.871, de 04/06/2009, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas; Lei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Execução das Metas Financeiras por Natureza de Despesa.

Natureza da Despesa	Execução Financeira		Executado	Índice de execução (%)
	Programado no SIOR*	Descentralizado pela COF**		
I – PADCLASSIF				
339014	3.461,72	3.461,72	3.461,72	100
339033	3.344,46	3.344,46	3.344,46	100
339039	500,00	500,00	500,00	100
II – IPVEGETAL				
339039	1.706,90	1.706,90	1.706,90	100

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

2.2.3. Programa Temático - 0357	Segurança e Sanidade na Agropecuária.				
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo geral: impedir a entrada e erradicar a mosca da carambola					
Objetivos específicos: minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.					
Gerente do Programa: Francisco Jardim			Responsável na UJ: Manoel das Dores Mendes		
Público alvo: produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva de frutas					
I – ERRADMOSCA II – PCEVEGETAL III – VIGIFITO					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I – 13.873,87	13.873,87	13.873,87	13.873,87	0	13.873,87
II – 14.681,12	14.681,12	14.681,12	14.681,12	0	14.681,12

Informações sobre os resultados alcançados				
I – ERRADMOSCA				
II – PCEVEGETAL				
III – VIGIFITO				
Ordem	Indicador (Unidade medida)		Índice	Índice atingido no

		Referência			previsto no exercício	exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Número de monitoramentos totais realizados nas armadilhas	2013	720*	584	100%	81,11 %
I – 2	Número de deslocamentos realizados para executar o trabalho	2013	72	58	100%	80,55 %
II – 1	Prospecção da monília do cacauero em Santa Rosa do Purus até a fronteira com Peru	2013	01	01	100%	100,00%
II – 2	Número de cidades prospectadas para a detecção de mosca negra dos citros e Cochonilha Rosada de Hibiscus	2013	22	19	100%	86,36%
III – 1	Fiscalização realizada	2013	5	4	100%	80%

Fórmula de Cálculo do Índice:

*30 armadilhas monitoradas 2 vezes por mês = 30 x 12 meses x 2 monitoramentos por mês = 720

Obs: 8 armadilhas são monitoradas pelo IDAF (Órgão de defesa do Estado)

I – PARA O PI ERRADMOSCA

(I – 1) – MONITORAMENTOS REALIZADOS

Monitoramento programado (MP) = 720

Monitoramento executado (ME) = 584

Fórmula de cálculo: $ME / MP * 100 \rightarrow 584 * 100 / 720 = 81,11\%$

(I – 1) – DESLOCAMENTOS REALIZADOS

Deslocamento programado (DP) = 72

Deslocamento executado (DE) = 58

Fórmula de cálculo: $DE / DP * 100 \rightarrow 58 * 100 / 72 = 80,55 \%$

II – para O PI PCEVEGETAL

(II – 1) – PROSPECÇÃO DA MONÍLIA DO CACAUEIRO

Número de monitoramento programado (NMP) = 01

Número de monitoramento executado (NME) = 01

Fórmula de cálculo: $NMP / NME * 100 \rightarrow 01 / 01 * 100 = 100,00\%$

(II – 2) – NÚMERO DE CIDADES PROSPECTADAS PARA A DETECÇÃO DE MOSCA NEGRA DOS CITROS E COCHONILHA ROSADA DE HIBISCUS

Número de inspeção programado (NIP) = 22

Número de inspeção executado (NIE) = 19

Fórmula de cálculo: $NIP / NIE \rightarrow 19 / 22 * 100 = 86,36\%$

III – PARA O PI VIGIFITO

(III – 1) – FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Fiscalização programada (FP) = 5

Fiscalização realizada (FR) = 4

Fórmula de cálculo: $FR / FP * 100 \rightarrow 4 / 5 * 100 = 80\%$

g. Análise situacional

ERRADMOSCA: A falta de recursos financeiros em alguns meses do ano, aliado ao período de férias dos envolvidos no trabalho foram determinantes para que o índice previsto não alcançasse 100%. Porém, gestões serão feitas junto à Coordenação do Programa, para que seja garantida a liberação dos recursos, assim como a substituição dos envolvidos no trabalho no período de suas férias, por outros técnicos habilitados para dar continuidade ao serviço.

PCEVEGETAL: A meta para a prospecção da monília do cacauzeiro obteve o resultado esperado.

No caso do levantamento fitossanitário da mosca negra dos citros e cochonilha rosada de Hibiscus, não foi possível ser feita nos municípios de Jordão, Porto Walter e Marechal Taumaturgo devido às condições do rio que estava seco e não era recomendada a navegabilidade com a voadeira estávamos a disposição.

VIGIFITO: Os resultados obtidos são de fiscalizações do trânsito interestadual realizado por meio de convênio entre MAPA e IDAF, celebrado em outubro de 2011. Por falta de recursos não foi possível realizar o programado.

Análise Crítica das Ações:

ERRADMOSCA

O monitoramento periódico da mosca da carambola com o emprego de atrativo químico, é a forma recomendada para se ter certeza da presença ou não do inseto no Estado e, caso positivo, mantê-lo contido numa determinada região, impedindo que se espalhe imediatamente para várias localidades. Esse trabalho, por falta de recursos financeiros, sofreu diminuição durante alguns meses.

Gestões serão feitas junto à Coordenação do PI, para que seja garantida a liberação total dos recursos, evitando assim a interrupção dos monitoramentos.

Os indicadores de desempenho para este PI são: 1) Área territorial do estado monitorada contra a mosca da carambola; 2) Número de monitoramentos realizados para executar o trabalho.

PCEVEGETAL

Realizou-se um trabalho de prospecção no município de Santa Rosa do Purus, haja vista que era uma cidade que ainda não tinha sido monitorada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esta prospecção se deu em razão desse município ser vizinho ao Peru, país onde já foi detectada ocorrência da monília.

O trabalho teve a duração de dez dias, contou com uma equipe de dois integrantes e, consistiu de três etapas: entrevistas com produtores rurais, ocasião em que se preenchia um questionário e se fornecia um folder contendo uma série de informações sobre a doença; apresentação de palestras em escolas rurais, onde cada aluno recebeu um exemplar do folder e; entrevista à rádio.

VIGIFITO

A movimentação de produtos vegetais – hortifrutigranjeiros e grãos importados pelo Acre do sudeste do país bem como de Rondônia, vem crescendo ano a ano. Em 2013 registrou-se um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Esse fato é atribuído à melhoria do poder aquisitivo da população, aumentando desta forma o consumo de frutas e hortaliças. Outro fator que contribuiu para esse aumento foi a abertura da rodovia BR 364 durante todo ano, permitindo o abastecimento dos municípios do vale do Juruá. Em 2013 esse aumento será ainda maior, em decorrência da redução dos preços das hortaliças naqueles municípios.

As atividades de fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, são realizadas pelo o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF como o apoio da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. Esta colaboração se dá em razão da IDARON funcionar nas mesmas instalações do IDAF, no Posto Fiscal da Tucandeira, na divisa dos estados do Acre e Rondônia.

Até o ano passado essa colaboração do IDARON foi decisiva para o IDAF realizar essa atividade, pois não havia convênio entre o MAPA e o IDAF para a realização dessas atividades. O convênio foi firmado em outubro de 2012, por esta razão em 2013 estas atividades serão conduzidas conforme programação estabelecida.

Com os recursos disponibilizados pelo o convênio, o IDAF irá capacitar seus agentes de defesa, passando a exercer uma fiscalização mais eficiente da entrada no Acre de produtos vegetais procedentes de outras regiões do país. Essa atividade é de grande importância para garantir a sanidade dos vegetais de nosso estado.

2.2.1.7 - Ação - 4738	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA
Tipo de Ação	Atividade, Área controlada em ha.
objetivo	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e dá garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Maria Júlia Godoy
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Paulo Roberto Alves Silva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei nº 9.712 de 1998; Decreto nº 5.741, de 30/03/2006; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 e art. 27, I, "e", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto 2.226 de 19/05/1997; Portaria nº 026 de 01/06/2001; Portaria nº 21 de 25/03/1999; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França implementando o monitoramento Bilateral. Portaria nº 124 de 18/04/1997; Portaria nº 37/07 de 22/02/07 da SFA-PA.

2.2.1.8. Ação - 8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL
Tipo de Ação	Atividade
Objetivo	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores e plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender às exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 – Departamento de Sanidade Vegetal
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Cósam de Carvalho Coutinho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 3 1/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007.

2.2.1.9. Ação - 2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Objetivo	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 – Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Vegetal - SIFISV Defesa Sanitária Vegetal
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Cósam de Carvalho Coutinho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114 de 1934; Lei nº 9.712 de 1998.

Execução das Metas Financeiras por Natureza de Despesa.

Natureza da Despesa	Programado no SIOR	Execução Financeira Descentralizado pela COF	Executado	Índice de execução (%)
ERRADMOSCA				
339014	5.223,00	5.223,00	5.223,00	100
339030	1.490,87	1.490,87	1.490,87	100
339039	7.160,00	7.160,00	7.160,00	100
PCEVEGETAL				
339014	4.081,00	4.081,00	4.081,00	100
339030	5.600,00	5.600,00	5.600,00	100
339039	5.000,00	5.000,00	5.000,00	100

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas

I – ERRADMOSCA

II – PCEVEGETAL

III – VIGIFITO

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	0357	4738	A	3	ha	15.258.139	I – 20	603
II – 20	603	0357	8572	A	3	Prospecção da monília do cacauero em Santa Rosa do Purus até a fronteira com Peru	01	II – 20	603
II – 20	603	0357	8572	A	3	Número de cidades prospectadas para a detecção de mosca negra dos citros e Cochonilha Rosada de Hibiscus	22	II – 20	603
III – 20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização (unid)	05	III – 20	603

h. Análise Situacional

Para o PI ERRADMOSCA, apesar dos problemas existentes com a questão dos recursos orçamentários, o monitoramento realizado representou uma margem de segurança para que países importadores de fruta do Brasil mantenham suas importações.

Com relação ao PI PCEVEGETAL, há a necessidade em fazer com que haja expansão dos trabalhos de prospecção da monília do cacauero ao longo do Rio Iaco, Envira e Tarauacá, haja vista que estes fazem fronteira com o Peru, e o Rio Moa, onde suas nascentes ficam no ponto extremo ocidental do Brasil, situado a 07° 33' 13" de latitude sul e 73° 59' 32" de longitude oeste, no município de Mâncio Lima.

No caso do PI Vigifito é preciso intensificar os esforços junto ao Idaf, haja vista que o Acre é porta de entrada para várias doenças fitossanitárias dos países que fazem fronteira como Peru e Bolívia e que possuem comprovações de pragas quarentenárias de importância econômica para agricultura nacional.

Identificação do Programa de Governo	
2.2.4. Programa Temático 0375	
Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	
Tipo do Programa: FINALISTICO	
Objetivo geral: salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.	
Objetivos específicos: garantir a qualidade da produção e produtividade agropecuária.	
Gerente do Programa: FRANCISCO JARDIM	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES
Público alvo: produtores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários	

Informações Orçamentárias e Financeiras

I – FISFECOI	Em R\$ 1,00
--------------	-------------

II – FISCALSEM III – FISAGROTOX					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I – 17.292,99	17.292,99	17.292,99	17.292,99	0	17.292,99
II – 40.401,16	40.401,16	40.401,16	40.401,16	0	40.401,16
III – 4.956,18	4.956,18	4.956,18	4.956,18	0	4.956,18

Informações sobre os resultados alcançados

I – FISFECOI II – FISCALSEM						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Fiscalização realizada (unid)	2013	40	43	100%	107,5
II – 2	Fiscalização realizada (unid)	2013	110	95	100%	86,36

Fórmula de Cálculo do Índice: EFICÁCIA

(I – 1) PARA O PI FISFECOI

Número de fiscalização programada (NFP) = 40

Número de fiscalização realizada (NFR) = 43

Fórmula de cálculo : $((NFR) / (NFP)) * 100 \rightarrow 43 / 40 * 100 = 107,5 \%$

(II – 2) PARA O PI FISCALSEM

Número de fiscalização programada (NFP) = 110

Número de fiscalização realizada (NFR) = 95

Fórmula de cálculo: $((NFR) / (NFP)) * 100 \rightarrow 95 / 110 * 100 = 86,36 \%$

Análise do Resultado Alcançado

Os resultados alcançados através de cálculos dos indicadores utilizados nas operações acima, para mensurar as atividades de fiscalização de estabelecimentos que produzem, beneficiam, embalam e comercializam fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas (insumos), que são colocados à disposição dos agricultores rurais. Com a execução de fiscalização nos estabelecimentos e produtos, houve a melhoria dos insumos agropecuários em mais de 100% contribuindo para o aumento da produção e produtividade da agricultura nacional.

i. Análise situacional

Somente há programações, quanto às metas físicas e orçamentárias, para os PIs FISFECOI e FISCALSEM, para os demais PIs FISAGROTOX e FISCAGRIC, não. Nesse sentido, considerando que no Estado do Acre, não há nenhum estabelecimento produtor, importador e exportador de Agrotóxicos e Afins, e que a fiscalização do comércio é executada pelo órgão de defesa estadual, é coerente que não houve programação física e financeira do PI FISAGROTOX. Da mesma forma, para o PI FISCAGRIC, também não houve programação física e financeira, uma vez que a demanda destes serviços ainda é pouca no Estado.

2.2.1.10 - Ação - 2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes – FISFECOI
Tipo de Ação	Atividade

Objetivo	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados a disposição dos produtores rurais
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consistem da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas a padronização, classificação e registros de produtos e estabelecimentos 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas, cursos e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Resp. pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA –AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Hideraldo José Coelho
Coord. Ação Estadual –CAE no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Resp.Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ	Herinque Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006. Aprova o Regulamento da Lei 6894/80 e os Serviços de Fiscalização da Produção e Comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes destinados a agricultura e dá outras providências e dispõem sobre a política agrícola.
Detalhamento	O processo de fiscalização é executado pelos Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA, situadas nas Unidades da Federação, em colaboração e sob a supervisão da Coordenação de fertilizantes, corretivos e inoculantes – CFIC/SDA/MAPA.

2.2.1.11 Ação 2179	Fiscalização Sementes e Mudanças – FISCALSEM
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Objetivo	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	1. Registro de cultivares; 2. Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas; 3. Credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 4. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 5. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 6. Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudanças – CSM / DFIA/ DAS
Áreas (dentro da UJ) resp. por gerenciamento ou execução da ação	Serviço Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	José Neumar Francelino
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel Das Dores Mendes
Responsável Técnico pela	

Ação/PI no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 10.711, de 05/08/2003, e seu regulamento no Decreto nº 5.153, de 23/07/2004.

2.2.1.12 Ação - 2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Objetivo	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas, que atendam aos requisitos legais para a proteção da agricultura do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitária de vegetais e partes de vegetais, para importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados das entidades credenciadas e do Trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns estaduais, nacionais e internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins- CGAA
Áreas (na UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Luís Eduardo Pacifici Rangel
Coordenador da Ação Estadual –na UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 7.802, de 12/07/1 989; com alterações da Lei 9.974/2000; Decreto nº 4.074, de 04/01/2002.

2.2.1.13 - Ação - 2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Objetivo	Assegurar adequação de qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas junto aos proprietários de aviões agrícolas registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições adequadas para aplicação pela aviação agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção, Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Maria de Lourdes Viana Alves
Coordenador da Ação Estadual –	

CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Henrique Martins Sant'Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei nº 917, de 07/10/1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 22/12/1981; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; e Anexo I, art. 1º, V e VI, 11, I e II, "e", e 13, VI, do Decreto nº 4.629/2003.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

<u>I – FISFECOI</u>									
II – FISCALSEM									
III – FISAGROTOX									
IV – FISCAGRIC									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2014
I – 20	603	0375	2141	A	3	Fiscalização (unid)	40	43	38
II – 20	603	0375	2179	A	3	Fiscalização (unid)	110	95	106
III – 20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização (unid)	NP *	NP *	NP *
IV – 20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização (unid)	NP *	NP *	NP *

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

j. Análise Situacional

Os trabalhos desenvolvidos no PI FISFECOI são prejudicados, porque o maior volume de produtos (fertilizantes e corretivos inoculantes) que entram no estado são encaminhados direto para as fazendas, não passando pelos Estabelecimentos Comerciais, visto que são adquiridos direto das fábricas. Nesse sentido, está sendo desenvolvido um trabalho de divulgação e conscientização sobre a importância da fiscalização em parceria com a Federação de Agricultura e com outras Entidades do Setor Agropecuário do Estado, para que os produtores rurais, através das entidades, verifiquem o interesse em solicitarem a do MAPA a fiscalização desses insumos, nas fazendas ou propriedades agrícolas.

As metas físicas e financeiras do PI FISCALSEM foram executadas de acordo com o programado para o exercício de 2013.

Não houve programação física e financeira para o PI FISAGROTOX, considerando-se que no Estado do Acre, não há nenhum estabelecimento produtor de Agrotóxicos e Afins e a fiscalização do comércio é executado pelo órgão de defesa estadual.

Em virtude da produção agrícola no Estado do Acre estar em desenvolvimento, ainda não existe demanda para o PI FISCAGRIC.

Execução das Metas Financeiras por Natureza de Despesas

Natureza da Despesa	Programado no SIOR	Descentralizado	Executado	Índice de execução (%)
I – FISFECOI				
339014	711,73	711,73	711,73	100
339030	1.385,83	1.385,83	1.385,83	100
339037	13.195,43	13.195,43	13.195,43	100
339039	2.000,00	2.000,00	2.000,00	100
II – FISCALSEM				
339014	3.434,24	3.434,24	3.434,24	100
339030	3.330,50	3.330,50	3.330,50	100
339033	4.560,30	4.560,30	4.560,30	100

339037	15.176,12	15.176,12	15.176,12	100
339039	13.900,00	13.900,00	13.900,00	100
III – FISAGROTOX				
339033	2.248,08	2.248,08	2.248,08	100
339036	2.708,10	2.708,10	2.708,10	100

Ações não programadas e executadas

Como descrito anteriormente, a SFA-AC tem demanda por servidores, tanto de nível superior quanto de nível técnico, tanto na área técnica quanto na área administrativa.

Todos os Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos, lotados no SIFISV/DDA/SFA-AC, fazem parte de um sistema de rodízio para atender em caráter emergencial a Unidade de Vigilância Agropecuária dos municípios de Eпитaciolândia e Assis Brasil, na Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal, exportados e/ou importados do Peru e Bolívia.

2.2.5. Programa temático 2028	Denominação: DEFESA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: reestruturar, implementar e coordenar o sistema unificado à sanidade agropecuária (suasa), aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e abrangência do seu serviço em todo território nacional.	
Ação: fiscalização de atividades agropecuárias	
Gerente do Programa: MARCOS VINÍCIUS SEGURADO COELHO	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES
Público Alvo: produtores e comerciantes de produtos geneticamente modificados.	

Informações Orçamentárias e Financeiras

FISCORGEN					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.403,83	2.403,83	2.403,83	2.403,83	0	2.403,83

Informações sobre os resultados alcançados

FISCORGEN						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização realizada (unid)	2013	7	5	100%	71,4 %
Fórmula de Cálculo do Índice: EFICÁCIA						
Número de fiscalização programada (NFP) = 7 Número de fiscalização realizada (NFR) = 5 Fórmula de cálculo : (NFP) / (NFR) * 100 → 5 / 7 * 100 = 71,4 %						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados alcançados através de cálculos dos indicadores utilizados nas operações acima, para mensurar as atividades de fiscalização de estabelecimentos que comercializam sementes geneticamente modificadas.						

2.2.1.14 Ação - 4745	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal geneticamente modificada de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e

	mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	1. Registro de cultivares; 2. Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas; 3. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 4. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 5. Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Marcos Vinícius Segurado Coelho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei 11.105, de 24 de março de 2005 e Decreto 5.591, de 22 de novembro de 2005. E demais atos complementares.

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

FISCORGEN

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2014
I – 20	603	2028	4745	A	3	Fiscalização (unid)	7	5	10

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

k. Análise Situacional

Considerando-se que esta atividade está iniciando no Estado do Acre com o plantio de sementes para a produção de grãos de milho, esta meta ainda é considerada de pouca importância econômica para a agricultura nacional.

Execução das Metas Financeiras por Natureza de Despesa

Natureza da Despesa	Programado SIOR	Descentralizado	Executado	Índice de execução (%)
FISCORGEN				
339014	1.243,33	1.243,33	1.243,33	100
339033	1.160,50	1.160,50	1.160,50	100

2.2.6. Programa temático- 1426

Conservação, manejo e uso Sustentável da Agro biodiversidade

Tipo do Programa: Finalísticos

Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da Agro biodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.

Objetivos Específicos: Promover e difundir a gestão ambientais, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades

tradicionalis.					
Gerente do Programa:			Responsável na UJ		
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidade tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.					
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.			Número de Pessoas beneficiadas Números de palestras realizadas Números de reuniões realizadas		
Informações orçamentárias e financeiras do programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa liquidada	Restos a pagar não processados	Valores pagos
Inicial 0	Final 0				

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de pessoas beneficiadas	2013	-	-	6.876	5.606
2	Nº de palestras realizadas	2013	-	-	0	04
Fórmula de cálculo do índice: (nº de beneficiados/nº previsto beneficiado) X 100						
Fórmula de cálculo do índice: (nº de palestra realizada/nº palestra programada) X 100						

Fonte: SeSAG

Execução Física das ações realizadas pelo UJ.

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unid. medida	Meta Prevista	Meta Realiz.	Meta 2014
20	Normalização e qualidade	1426	8606	A	4	unidade	0	0	-
20	-	1426	4720	A	4	unidade	-	-	-

2.2.1.15 Ação- 8606 Tipo da Ação

Objetivo

Descrição

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - DESENGORG Atividade

Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e /ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.

Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas comissões da produção orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter inícios assim que o sistema de

		certificação esteja implantado.
Unidade pelas estratégias.	Responsável pelas decisões	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.		SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional - CAN	Ação	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual - CAE	Ação	Augusto Jorge Simões e Silva - CAE
Coordenador Executivo da Ação Estadual - CEAE		Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Responsável técnico pela Ação/PI		Augusto Jorge Simões e Silva – CAE Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.		Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.

I. Análise situacional.

Durante os meses de janeiro e fevereiro a equipe da SeSAG/DPDAG/SFA-AC participou de reuniões com instituições parceiras e realizou atendimento ao público no total de 08 beneficiários;

No mês de março foi realizada uma palestra sobre legislação para os sistemas orgânicos de produção para estudantes da escola da Floresta sendo beneficiados 02 técnicos e 54 estudantes perfazendo um total de 56 pessoas beneficiadas, participação dos 4 técnicos do SeSAG/DPDAG/SFA-AC no I Simpósio Internacional de Agroecologia do Acre no período de 10 a 13 de março de 2013 e participação dos técnicos do SeSAG em reunião sobre Agenda Ambiental na Administração Pública na Secretaria Municipal de Rio Branco – SEMEIA no dia 18/03/2013, com o objetivo da implantação de Coleta Seletiva Solidária na SFA-AC.

Durante o mês de abril: - Reunião da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Acre-CPOrg/AC com a participação de 17 pessoas; oficina sobre Mecanismo de Controle da Qualidade Orgânica para produtores rurais em Epitaciolândia com participação de 3 técnicos e 18 produtores totalizando 22 beneficiados e participação da equipe do SeSAG em reuniões com as Instituições SEBRAE, SAFRA e ACS-Amazônia com participação de 17 pessoas.

Durante o mês de maio foi realizada uma palestra sobre legislação para os sistemas orgânicos de produção para produtores rurais do Pólo Agroflorestal Xapuri II participando um técnico e 23 produtores perfazendo um total de 24 pessoas beneficiadas; Participação dos servidores da SFA-AC em palestra sobre a implantação de coleta Seletiva solidária no auditório da SFA-AC proferida pelas técnicas da SEMEIA; realização da 9ª Semana dos alimentos Orgânicos com as seguintes atividades: Palestras, Panfletagem com Informes ao Público, Lançamento de projeto de arborização no campus do IFAC Rio Branco, Intercâmbio entre produtores rurais e comercialização de produtos orgânicos. Em função do número de materiais de propaganda distribuídos estima-se que aproximadamente 4000 pessoas foram atendidas. Sendo que 2.834 pessoas assinaram as listas do evento.

Durante o mês de junho a equipe realizou visita técnica a Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan no município de Acrelândia com 6 técnicos beneficiados.

No mês de julho a equipe da SeSAG/DPDAG realizou palestra sobre Agricultura Orgânica no centro de Recuperação de Dependentes Químicos- APADEQ com a participação de 4 técnicos e 22 internos e uma voluntária totalizando 27 pessoas beneficiadas; palestra sobre legislação para os sistemas orgânicos de produção para produtores rurais do Pólo Agroflorestal Placidiano no município de plácido de Castro com participação de 3 técnicos e 19 produtores rurais totalizando 22 pessoas beneficiadas e participação dos técnicos do SeSAG/DPDAG/SFA-AC na Feira Agropecuária no período de 27/07 a 04/08/2013 contando com participação de 1.262 pessoas que assinaram o caderno de visitantes no estande da SFA/AC

No mês de setembro a equipe participou de reunião no Projeto RECA na Nova Califórnia/RO em 17/09/2013 com participação de Oito técnicos e realizou reunião da Comissão da Produção Orgânica – CPOrg/AC com participação de 09 pessoas.

Durante o mês de outubro foram realizadas as seguintes atividades: Participação dos técnicos da SeSAG/DPDAG em reunião no Instituto de Tecnologia Federal do Acre – IFAC beneficiados 04 técnicos; Reunião com produtores e técnicos no pólo agroflorestal Wilson Pinheiro beneficiados 04 técnicos e 12 produtores rurais totalizando 16 beneficiados; Visita técnica aos produtores rurais do projeto ReCa-Ro cadastrados no MAPA para atualização da produção orgânica com a participação de 4 técnicos e 24 produtores totalizando 28 beneficiados e visita técnica aos produtores rurais do Grupo Ecológico do Humaitá, município de Proto Acre cadastrados no MAPA para atualização da produção orgânica com a participação de 03 técnicos e 13 produtores totalizando 16 pessoas beneficiados.

Durante o mês de novembro foram realizadas as seguintes atividades: visita técnica aos produtores rurais do Projeto de Assentamento Moreno Maia, município de Rio Branco cadastrados no mapa para atualização da produção orgânica com a participação de 02 técnicos e 13 produtores totalizando 15 produtores beneficiados; visita técnica aos produtores rurais do Pólo Agroflorestal Benfica, município de Rio Branco cadastrados no mapa para atualização da produção orgânica com a participação de 02 técnicos e 7 produtores totalizando 09 pessoas beneficiados e visita técnica aos produtores rurais do Pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro, município de Rio Branco cadastrados no MAPA para atualização da produção orgânica com a participação de 03 técnicos e 11 produtores totalizando 14 pessoas beneficiados.

Durante o mês de dezembro a equipe participou: Reunião no dia 02/12/2013 com o senhor **Pedro do Projeto Catar** para discutirmos com proceder na coleta seletiva solidária na SFA-AC; curso de Agroecologia e Restauração de Área de Preservação Permanente, módulo VI – Produção de Composto Orgânico, no Centro Cultural do município de Capixaba e curso de Horticultura Orgânica no Pólo Wilson Pinheiro em Rio Branco.

O número total de pessoas beneficiadas no ano de 2013 foi de aproximadamente de 5.574.

Comparativo das principais Metas Físicas PI DESEENORG

Metas Físicas	Unidade de Medida	2011	2012	2013
Cursos realizados	Número de cursos	04	-	02
Participação em reunião local	Número de reuniões	05	12	06
Participação em reunião nacional	Número de participações	-	-	-
Capacitações (equipe)	Número de técnicos capacitados	03	-	-
Palestras realizadas	Número de palestras	06	06	04
Visitas técnicas	Número de visitas	29	12	06
Capacitações em Agricultura Orgânica/Horticultura, palestras, visitas técnicas etc.	Número de pessoas beneficiadas	522	369	274

Semana dos Alimentos Orgânicos	Número de pessoas beneficiadas: produtores, estudantes, escolas e outros.	830	2.362	≈4.000
Programa Banco Comunitária de Sementes de adubos Verdes	Numero de Produtores beneficiados com o Programa.	-	-	-
Feira Agropecuária	Número de pessoas Beneficiadas	1.842	1.570	1.262
Produtores beneficiados com declaração de cadastro de produtor orgânico	Número de produtores beneficiados	51	51	51
Oficina sobre Legislação da Produção Orgânica	Número de Oficinas	-	3	01

Execução das Metas Financeiras por Natureza de Despesa do PI DESENGORG.

Natureza da Despesa	Programado	Descentralizado	Executado	Índice de execução (%)
33903903	813,82	813,82	813,82	100
33903917	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100
33903919	2.033,06	2.033,06	2.033,06	100
33903970	3.500,00	3.500,00	3.500,00	100
33903971	1.500,00	1.500,00	1.500,00	100

Ações não programadas e executadas

Foram ministradas palestras sobre Agricultura Orgânica na Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos da APADEQ foram beneficiadas 04 técnicos, 22 internos e um voluntário totalizando 27 pessoas beneficiadas; palestra sobre legislação para os sistemas orgânicos de produção para estudantes da escola da Floresta sendo beneficiados 02 técnicos e 54 estudantes totalizando 56 pessoas beneficiados e com as duas palestras temos um total de 83 pessoas beneficiadas; participação da equipe do SeSAG/DPDAG/SFA-AC no I Simpósio Internacional de Agroecologia do Acre 04 técnicos beneficiados; participação dos técnicos do SeSAG em reuniões: uma reunião com as instituições SEBRAE, SAFRA e ACS Amazônia total 17 pessoas beneficiadas, uma reunião com técnicos do IFAC sendo beneficiados 04 técnicos e outra reunião com produtores do pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro e técnicos do IFAC sendo beneficiado 08 técnicos e 16 produtores totalizando com palestras 45 pessoas beneficiadas; com cursos temos: Curso de Agroecologia e Restauração de Áreas de Preservação Permanente, módulo VI - Produção de Composto Orgânico no município de Capixaba parceria MAPA/SEMA tendo 14 técnicos e 26 produtores beneficiados no total de 40 pessoas beneficiadas e um curso de Horticultura Orgânica no pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro parceria MAPA/IFAC com 15 estudantes, 09 produtores e 05 técnicos beneficiados num total de 29 pessoas beneficiadas com os dois cursos temos 69 pessoas beneficiadas.

Comparativo das principais Metas Financeiras PI DESENGORG.

Natureza da Despesa	Descentralizado			Executado		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
339014	12.317,80	13.334,00		12.317,80	12.861,74	-
339030		840,00			840,00	-
339036		2.212,50			2.006,00	-
339039	7.955,00	6.307,00		7.955,00	5.780,49	8.846,88

Avaliação descritiva dos resultados

O objetivo do MAPA no que concerne ao PI DESEENORG é o fomento. Observando os resultados alcançados em relação às demandas existentes, podemos considerar que não realizamos a maior parte das nossas atividades programadas por falta de recursos, porém buscamos parcerias que nos auxiliaram a desenvolver algumas atividades programadas e não programadas podendo atender em parte a nossa demanda.

Descrição das medidas a implementar:

Organização de capacitações para a equipe da SeSAG/DPDAG bem como às equipes de instituições parceiras que atuem nas áreas de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SeSAG/DPDAG//SFA-AC.

2.2.1.16 - Ação 4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN 1
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição.	Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito do Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Unidade Responsável	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Augusto Jorge Simões e Silva
Coordenador	Gregory Santiago de Souza

Executivo da Ação Estadual-CEAE

Responsável Técnico Augusto Jorge Simões e Silva – CAE
pela Ação/PI Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação. Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.

Execução das Metas Financeiras PI CERTORGAN

Natureza da Despesa	Execução Financeira / CERTORGAN			Índice de execução (%)
	Programado	Descentralizado	Executado	
33901414	5.321,18	5.321,18	5.321,18	100
33903602	265,50	265,50	265,50	100

m. Análise situacional.

A equipe da SeSAG realizou: uma palestra no mês de março na escola da Floresta para 54 estudantes e 02 técnicos e uma palestra no mês de Julho para produtores rurais do pólo Placidiano no município de Plácido de Castro com a participação de 02 técnicos e 19 produtores sobre Legislação para os sistemas Orgânicos de Produção e uma oficina para produtores rurais do município de Epitaciolândia com a participação de 03 técnicos e 18 produtores no mês de Abril 2013. As atualizações da produção orgânica dos produtores cadastrados no MAPA foram realizadas com a parceria do MAPA/IFAC/ACS - Amazônia nas comunidades: Reca/RO no período de 24 e 25/10/2013, sendo beneficiados 04 técnicos e 24 produtores totalizando **28** pessoas beneficiadas; Grupo Ecológico do Humaitá no período de 30 e 31/10/2013, beneficiados 13 produtores e 03 técnicos totalizando **16** pessoas beneficiadas; Projeto de Assentamento Moreno Maia em Rio Branco no período de 05 e 06/11/2013, beneficiando 02 técnicos e 13 produtores totalizando **15** pessoas beneficiadas; Pólo Agroflorestal Benfica em Rio Branco no período 11 e 12/11/2013, sendo beneficiado 02 técnicos e 7 produtores totalizando **09** pessoas beneficiadas; pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro em Rio Branco no período de 13 e 14/11/2013 beneficiando 03 técnicos e 11 produtores totalizando **14** pessoas beneficiadas.

2.2.1.17 Ação-2B47

Tipo de Ação.

Objetivo

Descrição.

Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – 2B47 – INDIGRAF.

Atividade

Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.

Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e

	acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG;
	Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade	3994 - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos
Responsável pelas decisões estratégicas.	Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA)
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenadora de Ação Nacional – CAN.	Beatriz de Assis Junqueira
Coordenadora Executiva de Ação Nacional – CEAN.	Débora Gomide Santiago
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

Descrição dos Resultados das metas executadas

Para o Cacau Nativo do Purus.

As ações de incentivo à Indicação Geográfica de produtos agropecuários executadas pela SFA-AC em 2013 tiveram a inclusão de um novo projeto a ser apoiado. Trata-se do produto Cacau Nativo do Purus cuja área Geográfica abrange os municípios de Boca do Acre e Pauini no Estado do Amazonas, e representado pela Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus – COOPERAR.

Apesar de sua área geográfica estar situada no Estado do Amazonas, devido a questões operacionais e de logísticas, foi definido pela CIG/DEPTA/SDC/MAPA que a Superintendência Federal da Agricultura do Acre – SFA-AC ficaria responsável pelo acompanhamento destas ações.

Desta forma, a equipe da SeSAG/DPDAG/SFA-AC realizou acompanhamento dos trabalhos de prospecção e diagnóstico da cadeia produtiva do Cacau Nativo do Purus realizados pelo consultor Geraldo M. Silva, contratado através de parceria do MAPA com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO e com a Caixa Econômica Federal – CEF.

Dentre as atividades realizadas em 2013, no período de 22 a 29 de abril, tivemos a identificação de atores da cadeia produtiva e sua sensibilização para IGs. A atividade consistiu em identificar, dentre os agentes da cadeia produtiva (produtores, lideranças locais), técnicos de instituições que atuam no segmento agropecuário e pessoas que detenham conhecimento sobre a região e sobre o processo produtivo do produto/região; e promover a sensibilização desses atores para o uso de Indicação Geográfica, por meio de reuniões realizadas na zona urbana de Boca do Acre e nas comunidades localizadas às margens do Rio Purus no trecho de Boca do Acre a Pauini e comunidades localizadas às margens do Igarapé Mapiá. Nesta atividade foram beneficiadas aproximadamente. **150 pessoas.**

No período de 24 a 27 de setembro a equipe da SeSAG se deslocou novamente para Boca do Acre para realização uma Oficina de capacitação sobre a organização, formalização de registro e gestão da Indicação Geográfica para os técnicos de instituições que atuam no segmento agropecuário. No dia 25 foi realizada reunião com a Diretoria da Cooperar com **06 participantes** e no dia 26 realizamos a Oficina prevista com a participação de Desta atividade participaram **16 pessoas.**

Para a Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul

O incentivo à Indicação Geográfica da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Região é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde 2007 pela SFA-AC quando se iniciaram as primeiras reuniões sobre o tema e capacitações de servidores. Em 2008 deram início às reuniões em Cruzeiro do Sul, através da realização do mini-curso, com participação da Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários CIG/DEPTA/SDC/MAPA

Em 2013 pudemos avançar para viabilizar a obtenção do registro da IG por parte da Central Juruá, principalmente com a Oficina sobre Indicação Geográfica da Farinha de Cruzeiro do Sul promovida pela Embrapa Acre no dia 13 de novembro quando foi realizada a entrega oficial dos documentos que compõem o Estudo Histórico da Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul elaborado pela equipe do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação de Cultura Elias Mansour (DPHC-FEM) para os produtores da Central Juruá. A entrega deste documento foi realizada pela própria presidente da Fundação de Cultura, Sra. Francis Mary Alves de Lima.

Além da entrega do Estudo Histórico tivemos a inclusão dos nomes das entidades membros do Conselho Regulador no Regulamento de Uso bem como a inclusão deste no Estatuto Social da Central Juruá aprovada em assembléia pelos produtores da Central Juruá. Desta atividade realizada no Teatro dos Nauas participaram **44 pessoas** .

Demonstrativo da execução financeira por Natureza de Despesas

Natureza da Despesa	PI INDIGRAF			Índice de execução (%)
	Programado	Descentralizado	Executado	
33901414	3.814,20	3.814,20	3.554,90	93,20
33903301	3.200,00	3.200,00	3.137,32	98,04
33903903	280,00	280,00	280,00	100
33903635	300,00	300,00	300,00	100

Perspectivas para 2014

Para o Cacau Nativo do Purus

As ações referentes ao apoio à Cadeia Produtiva do Cacau Nativo do Purus serão definidas após entrega do relatório final da consultoria prestada pelo Sr. Geraldo M. Silva.

As impressões vivenciadas durante as atividades realizadas em 2013, permitiu à equipe da SeSAG identificar que o produto semente de cacau nativo do Purus bem como o seu processo de obtenção praticado pela Cooperar, trata-se de atividade exclusivamente extrativista, no qual os frutos são obtidos de cacauzais nativos. Esta característica somada a outras relacionadas com o processo de secagem e fermentação justificam estudo mais detalhado voltado para obtenção de registro de uma Indicação Geográfica na modalidade Denominação de Origem.

Está prevista nova visita aos produtores para darmos continuidade ao processo de diagnóstico da cadeia produtiva do Cacau Nativo do Purus.

Para a Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul

Os documentos gerados durante a Oficina realizada em 13 novembro de 2013, ou seja, Regulamento de Uso Revisado e Ata de Assembléia Extraordinária da Central Juruá de 13/11/2013, foram protocolados na representação da Organização das Cooperativas Brasileiras no Acre e foram encaminhados para processo de registro em cartório. Após o processo de registro dos documentos em cartório, teremos toda documentação necessária para submissão do pedido de Registro da IG.

Potenciais Indicações Geográficas

Em 2014 está programado início da prospecção da cadeia produtiva do produto açaí de Feijó, dentro da metodologia utilizada atualmente pela Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas do MAPA.

O açaí de Feijó é uma das potenciais Indicações Geográficas identificadas durante atividade de diagnóstico realizada na SFA-AC em 2008, com participação de representantes de diversas instituições que atuam no segmento agropecuário no Estado do Acre.

2.2.1.18 - Ação- 2B17 Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

Tipo de Ação.	Atividade
Objetivo	Acompanhar a execução de obras e serviços, bem como aquisição de máquinas e equipamentos, oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição.	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL – DAS.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Mauro Vaz de Mello
Coordenador de Ação Estadual – CAE.	

Responsável Técnico Gregory Santiago de Souza

pela Ação/PI.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação. Portaria nº 367, de 31 de agosto de 2005; Acórdão TCU nº 2.285, de 2005 - Primeira Câmara; Instrução Normativa/STN nº 01, de 1997; Lei nº 8.666, de 1993.

n. Análise Situacional.

As atividades relacionadas ao P.O. FISCONTRATO em 2013 consistiram na fiscalização dos seguintes contratos de repasse:

- Contrato de Repasse nº 763927/2011, da Prefeitura Municipal de Senador Guimard e cujo objeto tratou da Aquisição de Máquinas e Equipamentos.

Os equipamentos adquiridos através deste contrato de repasse, durante vistoria realizada em 19/12/2013, foram localizados em bom estado de conservação, pleno funcionamento e devidamente identificado com adesivo MAPA/CAIXA.

- Contrato de Repasse nº 739496/2010, da Prefeitura Municipal de Bujari e cujo objeto tratou da Construção da Casa do Colono;

A Casa do Colono do Município de Bujari, com sua construção concluída em 2012, encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação e sem utilização. A equipe da Prefeitura atribui a responsabilidade de tal situação à gestão que anterior, e providencia justificativa e medidas a serem tomadas pela gestão atual para viabilizar a utilização do espaço pelo público beneficiário previsto no Plano de Trabalho aprovado.

A equipe da SFA-AC aguarda encaminhamento de documento contendo justificativa para situação encontrada bem como proposta de restauração da construção e destinação ao público beneficiário, com prazo até 10 de fevereiro de 2014.

- Contrato de Repasse nº 735325/2010, da Prefeitura Municipal de Bujari e cujo objeto trata da Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas;

Os equipamentos adquiridos através deste contrato de repasse, durante vistoria realizada em 19/12/2013, foram localizados em regular estado de conservação, porém sem identificação adequada conforme exigido pelo MAPA.

As máquinas possuíam tais identificações porém, conforme verificado durante a vistoria, as mesmas sofreram degradação devido a intempéries durante os anos decorridos desde a aquisição das mesmas. A equipe da SFA-AC aguarda encaminhamento de documento contendo registro fotográfico das máquinas e equipamentos devidamente identificados, com prazo até 10 de fevereiro de 2014, quando será realizada nova vistoria.

As atividades de fiscalização de Contratos de Repasse foram realizadas sem necessidade de descentralização de crédito para diárias do MAPA Sede para a SFA-AC por se tratarem de contratos celebrados com municípios vizinhos a Rio Branco, o que não gera necessidade de pagamento de diárias.

Por se tratarem de municípios próximos à SFA-AC (15 a 20km), não se fez necessária a aquisição de combustível, sendo utilizado remanescente de demais atividades ligadas à SDC.

2.2.7. Programa Temático 0750 Apoio Administrativo

Tipo de Programa Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
 Objetivo Geral Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
 Objetivos Específicos Programa de Apoio Administrativo
 Gerente do Programa: Manoel Rodrigues Junior
 Órgão responsável pela execução do programa no âmbito da UJ. Superintendência Federal de Agricultura no Acre/SFA-AC.
 Responsável pelo programa no âmbito da UJ. Antonio Cesar Lazzare
 Produto Superintendência mantida
 Unidade de Medida: Unidade
 Público alvo Governo Federal

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
20	Apoio administrativo	0750	4716	A	3	Unidade atendida	1	1	1
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Unidade atendida	01.01.2012	100%	100	100%	100%			

• **Indicadores de Desempenho da Área Administrativa.**

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
(%) Índice de Execução Orçamentária e Financeira	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	659.808,97/660.839,58	99,84%	
lcf (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	625,5/625,5=1	100%	X100=
lcfg (%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	(Nº de conformidades atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	221/221	100%	X100=
lppd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	625,5 / 2= 312,75	312,75	
lemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	172/2 = 86	86	

Execução das principais metas Financeiras da Ação MANUTSFAS13.

Natureza da Despesa	Programado pelo CAN* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de execução (%)
339014	4.955,39	4.955,39	4.853,89	97,95
339030	6.434,47	6.434,47	5.563,42	86,46
339037	448.148,01	448.148,01	448.148,01	100
339033	15.876,84	15.876,84	15.876,84	100
339039	179.541,07	179.541,07	179.533,93	99,99
339139	3.700,00	3.700,00	3700,00	100
339192	698,51	698,51	698,51	100
339047	1485,29	1485,29	1485,29	100

3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013

3.1. Estrutura de Governança.

- Gestão Institucional

3.2 – Avaliação do funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. Remuneração para a Administradores.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 3, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

3.4. Sistema de Correição da UJ.

A estrutura e as atividades de correição e seu cumprimento ficaram sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 7127, de 04 de março de 2010, “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências”, como uma das unidades da Secretaria-Executiva da Pasta.

Contudo, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MAPA vigente é anterior à criação da citada unidade, de forma que apenas há a Portaria nº 12, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de 24.02.12, de lavra do Secretário-Executivo, a qual delega “competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE”.

Principais resultados obtidos em 2013

Foram efetuados 02 procedimentos de Sindicância e lançados no Sistema CGU/PAD, instaurados, julgados e arquivados no âmbito da SFA-AC. Julgamento sem aplicação de sanções disciplinares.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA editou a Portaria MAPA/SE nº 37, de 19 de março de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 9, de 31 de março de 2008, acessível no site da CGU, que dispõe sobre a política de uso do Sistema CGU-PAD no âmbito do MAPA em consonância com a Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007. A Coordenadora-Geral de Procedimentos Disciplinares é responsável pela supervisão dos lançamentos das informações referentes aos procedimentos disciplinares no Sistema CGU-PAD, como Coordenadora do Sistema CGU-PAD no MAPA e o Coordenador-Substituto é o seu Administrador Principal.

Na UJ, Há dois servidores designados por portaria para inserir dados de procedimentos no sistema CGU-PAD.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Os 02 (dois) procedimentos de Sindicância foram lançados no Sistema CGU/PAD, instaurados e julgados e arquivados no âmbito da SFA-AC, o que equivale a **100%**.

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

4.1. Execução das despesas.

4.1.1 Programação.

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre	00001	130088

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes

Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos		130088	221012012221052000	-	-	709.355
		130088	2210120125202820ZX	-	-	222.193
-	-	130088	2210120608201420ZV	-	-	7.594
-	-	130088	2210120609202820ZW	-	-	140.791
-	-	130088	221012066520149606	-	-	14.434
-	-	130088	2210120665202820QY	-	-	662.954
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos		130088	2110120665202820QY	2.186.842	-	-
		130088	2210120125202820ZX	26.300	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – valores executados Diretamente pela UJ.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga - Valores em R\$ 1,00	
	2013	2012	2013	2012
Modalidade de Licitação				
Pregão		1072.014,32	33795,65	1072.014,32
Contratações Diretas				
Dispensa	187.566,29	167.174,01	187.566,29	167.174,01
Inexigibilidade	33.050,12	19.607,33	33.050,12	19.607,33
Regime de Execução Especial				
Cartões de Pagamento do Governo Federal.	12.394,12	11.821,08	12.394,12	11.821,08
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha (11)	5.482.345,74	5.370.270,62	5.482.345,74	5.370.270,62
Diárias(14)	107.166,55	198.071,85	107.166,55	198.071,85

Fonte: Seção de Execução Orçamentária e Financeira /SEOF/SFA-AC.

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa					37.810,33			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada	RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012		2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa					22.821,19			
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SEOF/SFA-AC.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	182.294,12	121.662,60		60.632,52
2012				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013				
2012				

4.4 Transferências de Recursos

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

Tanto os Convênios como os Contratos de Repasse informados nos quadros anexos são transferências que têm como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.2 Quantidade/resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências / convênios terem como Concedente, a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.3. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado

no exercício de referência motivo as transferências terem como Concedente, a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.

Item da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 175/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência motivo as transferências, repasses dos convênios terem como Concedente, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC.

o. Análise situacional.

Os Convênios e os Contratos de Repasse são transferências que têm como **CONCEDENTE**, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos o concedente é a UJ SFA-AC.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130088	Superintendência Federal de Agricultura no Acre	0	1.637,32	10.756,80	12.394,12
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0	1.637,32	10.756,80	12.394,12

FONTE: SEOF/SFA-AC.

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) por UG e por Portador.

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130088	Limite de Utilização da UG	80000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antonio Barbosa de Souza	068095022-20	8.000,00	-00-	500,00	500,00
Marcia Martins Lopes	081043907-75	8.000,00		4.413,30	4.413,30
Valdeci Elias de Moura	107284142-87	8.000,00	-	5.043,50	5.043,50
Gregory Santiago de Souza	275794268-97	8.000,00	838,32	-	838,32
Paulo Roberto Alves da Silva	783899095-53	8.000,00	799,00	800,00	1.599,00
Total Utilizado pela UG			1.637,32	10.756,80	12.394,12

Fonte: SEOF/SFA-AC.

4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		211		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	12	12.394,12	3	11.821,08	4	24.183,91

Fonte: SEOF/SFA-AC.

4.5.5 Análise Crítica

O Cartão de Pagamento do Governo Federal foi utilizado na gestão 2013 em virtude da necessidade de aquisições de materiais e serviços de pequenos valores e principalmente em execução de atividades fim em locais de difícil acesso. A descrição de cada Nota fiscal após atestada por servidor do quadro permanente é inserida no Sistema Comprasnet que assegura que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

4.7 Gestão de Precatórios.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ - Situação apurada em 31/12

Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	56	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	56	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	39	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	16	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	56	0	0

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	5	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	0	0	1
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas*	15	15	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	21	21	1	1

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária			
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	0	5	1	49
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	5	1	49
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0

2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	5	2	50

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	1	27	26	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	1	27	26	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	1	27	27	0	0	0

LEGENDA Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	1.968.190,36	-	660.429,68	73.454,99	92.637,65	17.694,18	9.034,20	1.199,66	82.662,48	2.905.303,20
	2012	1.123.072,43	-	1.476.771,16	102.852,58	77.044,77	14.942,00	24.296,18	-	162.266,18	2.981.245,30
	2011	1.091.333,87	-	1.508.595,19	90.653,61	82.380,49	19.328,00	20.668,54	-	98.988,26	2.911.947,96
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	810.516,18	102.786,94	98.445,54	39.059,64	24.286,00	11.788,43	-	-	5.916,00	1.092.798,73
	2012	390.678,16	88.194,83	367.855,01	47.993,86	20.133,05	8.069,39	-	-	92.077,02	1.015.001,32
	2011	475.930,99	109.078,82	473.515,50	59.952,16	21.584,00	9.918,26	-	-	64.716,45	1.214.696,18
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	1.026.674,30	72.204,12	141.237,60	24.226,17	68.967,00	9.042,33	8.196,33	-	133.695,96	1.484.243,81
	2012	761.319,65	69.861,49	298.785,01	44.070,52	54.904,00	6.601,71	4.982,12	-	133.499,50	1.374.024,00
	2011	704.443,89	69.353,07	295.476,27	38.581,86	54.383,72	3.441,35	6.095,37	-	71.777,75	1.243.553,28
								Anos	Total	Média Mês	
Exercícios								2013	5.482.345,74	456.862,15	
								2012	5.370.270,62	447.522,55	
								2011	5.370.197,42	447.516,45	

Fonte: Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas/BSB.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas-Situação apurada em 31 de dezembro de 2013

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12/2013	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral*	8	0
1.1 Voluntária	-	0
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional*	6	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)*	14	0

Fonte: DW/Siapenet

Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/13

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/2013	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	4	0
1.1. Integral	4	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	14	0
3. Total (1+2)	18	0

Fonte: DW/Siapenet

5.1.5 Cadastramento no SISAC.

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC- Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão**	0	0	0	0

Concessão de aposentadoria*	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	0	-	0
Totais	1	0	1	0

Fonte: SGP/SFA-AC

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão**	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria*	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	0	-	0
Totais	1	0	1	0

Fonte: SGP/SFA-AC

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	19/39 = 0,4871 X 100 =	48,71%
lalimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores Afastados por Licença Médica	Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	3/39= 0,0769 X 100 =	7,69
laffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	1/14 = 0,0714 X 100 =	7,14%

Fonte: SGP/SFA-AC.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento														
UG/Gestão: 130088							CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	26.07.13		09	-					A
2010	V	O	Nº 014	09228233/0001-10	01.12.2010	30.11.14		-	-	04				A
Observação:														
LEGENDA														

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/SFA-AC.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento													
UG/Gestão: 130088						CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	01.07.2014				06	-	-	A

LEGENDA - Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/SFA-AC.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

- **Análise Situacional.**

A situação da Força de Trabalho desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre é deficitária. Conseqüentemente, difícil de cumprir o papel institucional da Unidade em relação à Organização a contento.

Na SFA-AC há uma grande necessidade de contratação de servidores efetivos para a Área Administrativa, técnica e principalmente Agentes de Inspeção (nível médio). Para suprir a carência. Hoje a SFA-AC mantém parceria via Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Acre, em que é disponibilizada grande parte dos servidores que atuam na inspeção de produtos de origem animal, sem falar nos empregados das empresas fiscalizadas à disposição do Serviço de Inspeção Federal. No concurso realizado para provimento de vagas para esta área, a SFA-AC não foi contemplada.

É notado muita insatisfação e desmotivação entre os servidores, haja vista que as carreiras ditas de “apoio” não tem recebido tratamento igualitário em relação a reajustes, organização e valorização de carreiras.

Também, nota-se no Poder Executivo uma diferenciação de tratamento aos seus servidores, se comparado aos demais, dentre os quais podemos citar: vale-alimentação, diárias e gratificações de função com valores muito abaixo das oferecidas aos servidores dos demais poderes. Roga-se que esta situação seja tratada de forma ao seu equacionamento, com isonomia entre os poderes.

Em consequência da falta de concursos para área-meio, a SFA-AC atualmente operacionaliza sua metas praticamente com 01 (um) servidor lotado para cada setor, realidade que não é comum apenas a esta Superintendência, mas à maioria das demais e a todo o Poder Executivo, dificultando o cumprimento de metas e missão institucional.

Há necessidade da realização de concurso público de nível superior e médio para as áreas de Administração, Recursos Humanos, Financeira e Logística (TI), com uma remuneração digna, condizente e isonômica com as carreiras de fiscalização do MAPA.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	1	0	0	4.816,00
• 1.1 Área Fim					
• 1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	4	6	5	7	26.323,43
• 2.1 Área Fim					
• 2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	5	7	5	7	31.139,43
Informar o Quantitativo. O valor (No Nível Superior e Nível Médio Refere-se ao Total do Custo em 2013)					
Fonte: CGAP/BSB – SIAPE.					

6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação.

Veículos Oficiais referem-se aos veículos que constam no Decreto 6.403 de 17/03/2008 e na IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A área de transporte constitui-se em uma das principais da área meio, posiciona-se estrategicamente na consecução dos resultados da área fim, contribuindo dessa forma para que sejam prestadas com eficiência e eficácia as tarefas e atribuições emanadas das leis, decretos, instruções normativas, planos, projetos, programas, etc.

O impacto da frota de veículos da SFA/AC está expresso nas características das operações relacionadas ao atendimento das demandas geradas pelo setor agropecuário, tanto no âmbito técnico como administrativo.

Do ponto de vista técnico o impacto da frota de veículos reside na necessidade de uma versatilidade da Unidade Gestora para atender de forma eficaz aos alertas relacionados à Defesa Agropecuária, bem como denúncias, emergências sanitárias, fiscalização, dentre outras ocorrências.

Uma das razões da UJ adquirir sua própria frota é a capilaridade das estradas vicinais e suas péssimas condições de trafegabilidade que exigem uma frota específica para estas condições para garantia da eficácia na execução das atividades desta U.J.

c) Tabela de Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais conforme e na IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.

Grupo IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.	Condição do Veículo	Estado de Conservação.			Idade média	Média anual Km rodado Automóvel.	Custos Totais (R\$) Manuten/combust
		Bom	Médio	Ruim			
IV- veículos de serviços comuns, utilizados no transporte de servidor a serviço externo	Ativo	17	0	0	2009	3.640,94km	R\$. 66.322,52. Incluso custos com manutenção+óleo diesel+gasolina.
	Inativo	0	0	1			
	Cedidos	0	17	0			
	Sucateado			3			
Total		17	17	4		3.640,94km	R\$. 66.322,52.

Fonte: NTR/SFA-AC.

d) Consumo de combustíveis.

Período 2013	Quantidade de litros	Valores pagos(R\$)
Óleo diesel	9 792,015	38.498,55
Gasolina	3 638,936	11.746,18
Manutenção	frota	14.211,09

e) Plano de substituição da frota.

Para substituição da frota da UJ, é utilizado o Anexo IV – Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV da IN SLTI nº 03 de 15/05/2008 que é enviado ao órgão central em Brasília MAPA.

f) Sistema de Controles do Serviço de Transportes.

Em Novembro de 2012 foi implantado o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA-SCVA, acesso pelo portal sistemasweb.agricultura.gov.br que permite o controle de entrada, saída, custos com manutenção, combustíveis e/ou quaisquer movimentação que seja efetuado com o automóvel, disponível no Núcleo de Transporte da SFA-AC.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF Acre	-	-
	Rio Branco	1	1
	Epitaciolândia	-	-
	Assis Brasil	-	-
	UF "AC"	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não há imóveis no exterior	0	0
	PAÍS "n"	Σ	Σ
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SAG/SFA-AC.

6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130088	Identificação do imóvel total 0139.00189.500-3	Em regularização-	Bom		07/08/2013 valido até 07/08/2015	20.672.758,72	-	-
130088	Identificação da utilização	Em regularização	Bom		07/08/2013 valido até 07/08/2015	10.893.255,48	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte: SPU-AC - ofício 153/2014/SPU-AC/MP.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 6, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 6, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

Análise crítica_sobre a gestão de imobilizados:

Imóvel em regularização, ou seja, a Superintendência do Patrimônio da União no Acre-SPU-AC ainda não efetuou o Termo de Entrega do Imóvel para o MAPA.

Identificação da utilização

O Gabinete do Superintendente e Área Administrativa, a Divisão de Defesa Agropecuária, o Auditório, a Garagem, o Laboratório de Análise da Raiva Animal e Biotétio, todos se encontram em

bom estado de conservação, necessitando somente de manutenção no reboco e pintura interna e externa e algumas adaptações. O imóvel que funciona o Biotério encontra-se com rachaduras necessitando de manutenção física e pintura interna e externa; Há um imóvel que funcionava o Arquivo central da UJ, a idéia é que este venha a ser reformado para instalação de um arquivo deslizante para guarda dos documentos.

7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) da Unidade Jurisdicionada

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência devido o Contrato ser efetuado e monitorado pelo MAPA em Brasília.

8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? R: Extração.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. R: Não temos dados para gerar indicador a respeito, principalmente porque a maioria das aquisições é feita por Brasília.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). R: A Firma de limpeza e higienização contratada é quem fornece.				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Na UJ não houve aquisições recentes.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? O MAPA tem uma meta de redução de consumo em 0,48% para as Unidades descentralizadas.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não houve aquisição recente.			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A UJ recolhe os cartuchos/refil e efetua a recarga.					X
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
qualidade de tais bens e produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e corpo a corpo.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Dia 20 de fevereiro de 2013 a SFA-AC recebeu o Ofício Circ, nº 007/2013-SSESE/MAPA que faz referencia ao lançamento do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos-Administração sem Papel. Que Consiste num conjunto de iniciativas que visam promover a preservação em meios digitais, de forma segura e eficaz de documentos, dossiês e processos nesse formato, diminuição do consumo de energia elétrica e água, como também o Projeto Esplanada Sustentável. Apesar de esta SFA-AC não ter sido incluído em programas oficiais, esta, vem executando as iniciativas.

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	27 resmas	0	100resmas	404,73	0	3050,00
Água engarrafada/20L	444 unid.	600	450	1.564,00	2250,00	1525,00
Energia Elétrica	162.445kwt	195.820Kwts	167.216Kws	102.674,28	109.088,00	92.500,0
			Total	104.643,01	111.338,00	97.075,0

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-AC.

9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC	002798

Deliberações do TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	184/2010-1	Acórdãos 151/2011, 2497/2012, 1784/2012	1.7	Monitoramento	Ofício 119/2013-TCU/SECEX-AC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Acre SFA-AC.					002798
Descrição da Deliberação					
Determinar a SFA-AC, que encaminhe no prazo de 120(cento e vinte) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas para o cumprimento das determinações exaradas no Acórdão 151/2011-TCU-plenário.....					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre/ Seção de Gestão de Pessoas					002798
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento de cópia autenticada do Laudo Pericial Ambiental , emitido pela Comissão de Segurança e Medicina do Trabalho da Universidade Federal do Acre emitido em 02.09.2013 através do ofício nº 693/2013/SFA-AC/ de 07/10/2013 ao SECEX-AC/TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Publicação da Portarias de nºs 047 a 49, 51 a 55, Boletim de Pessoas nº 29 de 21.10.2013, exclusão por ser de forma eventual, NÃO foi caracterizada a insalubridade pela exposição e manipulação dos agentes nocivos descritos no Laudo, nas atividades dos Fiscais Federais Agropecuários.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2013/00085/001	1	2013/00085/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Atualização do plano de providências.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SFA-AC, Comissão designada pela Portaria nº 074, BP nº 34 de 10.12.12..			002798
Síntese da Providência Adotada			
Constatação 026 - Designada Comissão (Portaria nº 074, BP nº 34 de 10.12.12..) para efetuar estudos objetivando implantação de coleta seletiva solidária para implantar e supervisionar a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Efetuada reunião com servidores do SEMEIA que já vem trabalhando com a A3P , próxima reunião será com representante do CATAR, aquisição de depósito para a coleta, agendado palestra para março/13 a respeito da prática da coleta.....
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O nº reduzido de servidores ativos do quadro do órgão, acarreta na acumulação de ações, ficando a execução das atividades prejudicadas. Falta de atendimento às solicitações requeridas aos órgão competentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	2013/00085/001	1	2013/00085/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Constatação 021 - Fragilidades nos controles internos relativos à fiscalização da execução do convênio nº 701959/2008			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fiscal do Convênio na SFA-AC, Instituto Dom Moacir/ Governo do Estado do Acre			002798
Síntese da Providência Adotada			
Ofício nº 195/2013/SFA-AC/MAPA - Foi encaminhado relatório da prestação de contas à Coordenação Geral em Brasília. A Coordenação Geral de Prestação de Contas da Secretaria Executiva do MAPA encaminhou Nota Informativa CGPC/SE/MAPA nº 140/2012 ao Instituto Dom Moacir determinando que este incluía o Convênio no Sistema SICONV no prazo de dez dias. A inclusão do convênio no SICONV só pode ser efetuada pelo Instituto Dom Moacir.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Encaminhado Ofício nº 195/2013/SFA-AC/MAPA a OCI-AC em 22.03.2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Cumpramos frisar que os procedimentos outros, que não o acompanhamento “in loco”, são responsabilidade do órgão central.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	2013/13069	2	2013/13069
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Apresentar relação Avaliação dos indicadores institucionais.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviços, setores, núcleos e divisões da SFA-AC.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Relação disponibilizada conforme ofício nº 531/2013/2013/SFA-AC/MAPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Indicadores utilizados apresentam economicidade e são eficazes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

4	2013/13069	3	2013/13069
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Apresentar relação de processos de tomada de contas especial.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Não houve TCE na UG.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Relação disponibilizada conforme ofício nº 531/2013/2013/SFA-AC/MAPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	2013/13069	4	2013/13069
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Preencher avaliação do gestor dos controles internos administrativos.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SAD/DDA/DPDAG.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Avaliação disponibilizada conforme ofício nº 531/2013/2013/SFA-AC/MAPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	2013/13069	5	2013/13069
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Preencher o questionário TI APG.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Questionário respondido pela Equipe Tecnologia da Informação em Brasília..			002798
Síntese da Providência Adotada			
Questionário disponibilizado conforme ofício nº 513/2013/2013/SFA-AC/MAPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	2013/13069	6	2013/13069

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC	002798
Descrição da Recomendação	
Apresentar relação Avaliação dos indicadores institucionais.....	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Setor de Serviços Gerais-SAG da SFA-AC.	002798
Síntese da Providência Adotada	
Relação disponibilizada conforme ofício nº 531/2013/2013/SFA-AC/MAPA.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	2013/13069	7,8 e 9	2013/13069
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Preencher Avaliação do gestor dos controles internos gestão de bens de uso especial, análise preventiva de editais, e resultados qualitativos conforme planilha.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviços, Divisões, núcleos e setores da SFA-AC.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Planilhas preenchidas e disponibiliza conforme ofício nº 531/2013/2013/SFA-AC/MAPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Demonstrativo do Cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93-DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	01		2013
	Entregaram a DBR	01		2013
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0		-
	Entregaram a DBR	0		-
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	021		2013
	Entregaram a DBR	021		2013
	Não cumpriram a obrigação	0		-

Fonte: SGP/SFA-AC.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Seção de Gestão de Pessoas / SGP/SFA-AC, recebe as DBR, que são entregues em papel e são guardadas na Seção em arquivo manual. Todos os servidores que se enquadram na lei nº 8.730/93 entregaram as cópias da DBR em dias.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 9, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

9.6 Alimentação SIASG E SICONV.

Eu, Senilda Pereira Lima da Silva, CPF nº 339328752-49, datilógrafa, responsável pela inclusão dos dados no **Comprasnet (SICAF, SIASG)** e Etimildo Lopes de Oliveira, CPF nº 095923852-20, datilógrafo, no **SICONV**, Datilógrafo, exercidos na Superintendência Federal de Agricultura no Acre, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV não são alimentadas pela SFA-AC, motivo a CONCEDENTE ser a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo.

Rio Branco-AC, março de 2013.

Senilda Pereira L. da Silva,
CPF nº 339328752-49
Datilógrafo/SFA-AC.

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

10.1. Relacionamento com a sociedade.

O MAPA oferece o sítio WWW.agricultura.gov.br no link **Carta de serviços ao cidadão – central de relacionamento 08007041995**, ouvidoria@agricultura.gov.br, que permite ao cidadão ou entidades efetuarem solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, informações gerenciais, andamento de processos etc.

11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

11. Informações Contábeis.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Itens da Portaria TCU n.º 150/2012, referente à parte A, item 11, do anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 127/2013 que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.

11.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PECUARIA E ABASTECIMENTO – SFA.AC			130088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC n.º	006624/T-8

Antonio Cesar Lazzare
Superintendente da SFA-AC.